Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Segurança Alimentar.

Período de Análise: 01/05/2016 a 31/05/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Mapa e Embrapa lançam Sistema de Monitoramento da Qualidade do Leite. MAPA. 02/05/2016. 4

Mapa e Embrapa desenvolvem sistema que qualifica políticas públicas para o leite. Cláudia Lafetá - MAPA. 03/05/2016. 4

Mais quatro municípios aderem ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Site do MDS, 05/05/2016. 6

Um sistema público para garantir alimentação adequada. Site do MDS, 05/05/2016. 7

Presidenta e ministra da Agricultura criam a Força Nacional-Suasa. Cláudia Lafetá - MAPA. 04/05/2016. 11

Fiscalização e polícia apreendem quatro toneladas de agroquímicos falsificados em SP. MAPA. 05/05/2016. 12

Plano fortalece sanidade animal e vegetal. Cláudia Lafetá - MAPA. 06/05/2016. 12

Ministério coordena vacinação contra aftosa em aldeias indígenas de Roraima. MAPA. 09/05/2016. 14

Conab participa de Plano para impulsionar produção orgânica e agroecológica. CONAB. 09/05/2016. 15

FAMASUL lança campanha de vacinação contra a febre aftosa junto com Governo do Estado. Carla Gavilan - CNA. 09/05/2016. 16

País pode fechar 150 mil restaurantes. Idiana Tomazelli - O Estado de São Paulo, Economia. 09/05/2016 18

Insegurança alimentar severa no Brasil é inferior a 0,5%, aponta FAO. Site do MDS, 09/05/2016. 20

PAA: MDS propõe metas e limites para três estados. Site do MDS, 10/05/2016..... 22

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional já pode ser acessado na internet. Site do MDS, 11/05/2016. 23

Mais 38 municípios têm proposta de participação no PAA aprovada. Site do MDS, 13/05/2016. 25

Banco de Alimentos é alternativa contra o desperdício. Site do MDS, 19/05/2016. 26

Agricultores familiares doAmazonas se organizam para vender ao PAA. Site do MDS, 25/05/2016. 27

Bionatur lança campanha promocional de sementes agroecológicas. Catiana Medeiros. Site do MST, 09/05/2016. 28

Convênio destina R$ 45 milhões para fortalecer sistema de atenção à sanidade animal e vegetal. Cláudia Lafetá - MAPA. 11/05/2016. 29

Embrapa apresenta caixas para comercialização de hortaliças em feira de Mato Grosso do Sul. MAPA. 12/05/2016..... 30

Maioria das escolas federais de SP tem 'merenda seca'. Luiz Fernando Toledo - O Estado de São Paulo, Educação. 13/05/2016..... 31

Panaftosa cumprimenta Mapa por normas para entrada de alimentos de origem animal no país. Cláudia Lafetá - MAPA. 16/05/2016. 34

O carrinho do supermercado já não é mais o mesmo. Márcia De Chiara – O Estado de São Paulo, Economia. 15/05/2016..... 35

Transgênico é seguro, dizem cientistas dos Estados Unidos. Fábio de Castro - O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 18/05/2016..... 36

Agroecologia e Transgênicos - Mitos e tarefas. Leonardo Melgarejo. Site do MST, 19/05/2016. 37

Brasil deverá receber certificado de zona livre da peste suína clássica para 14 estados e DF. Cláudia Lafetá - MAPA. 20/05/2016. 44

Presidente da FAEAL acompanha campanha de vacinação contra a febre aftosa. CNA. 24/05/2016. 45

Carne 'Rebanho Xingu' chega ao varejo do país. Bettina Barros – Valor Econômico. 25/05/2016. 46

Semana dos Alimentos Orgânicos começa neste sábado (28). Cláudia Lafetá - MAPA. 25/05/2016. 48

AMAZONAS: Conab participa da Semana Nacional de Alimentos Orgânicos. CONAB. 27/05/2016. 49

Redes varejistas promovem ações contra a perda de alimentos. Renan Rodrigues – O Globo, Rio. 27/05/2016 50

Conab vistoria estoques públicos a partir desta segunda. CONAB. 30/05/2016. 51

Técnicos fiscalizam armazéns em 10 estados. MAPA. 30/05/2016. 52

OIE reconhece 14 estados brasileiros e DF como zona livre de peste suína clássica. Cláudia Lafetá - MAPA. 30/05/2016. 53

Nossas crianças merecem merendas melhores. Juliana Carreiro – O Estado de São Paulo, Vida & Estilo. 30/05/2016..... 54

Ministério abre horta orgânica para visitação pública. Inez De Podestà – MAPA. 31/05/2016. 57

O desmonte da legislação de agrotóxicos e as ameaças para o campo. Cleber A. R. Folgado. Carta Maior, 31/05/2016. 58

Mapa e Embrapa lançam Sistema de Monitoramento da Qualidade do Leite. MAPA. 02/05/2016.

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes, lançam nesta terça-feira (3), às 15h, o Sistema de Monitoramento da Qualidade do Leite. O software permite gerenciar dados da rede brasileira de laboratórios e monitorar de forma ágil e transparente a qualidade do produto entregue pelos laticínios.

Mapa e Embrapa desenvolvem sistema que qualifica políticas públicas para o leite. Cláudia Lafetá - MAPA. 03/05/2016.

Sistema de monitoramento da qualidade da produção leiteira atende à demanda antiga do setor

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes, lançam nesta terça-feira (3) o Sistema de Monitoramento da Qualidade do Leite, plataforma que reúne, pela primeira vez, dados consolidados sobre a qualidade da produção de leite no Brasil. A iniciativa atende a uma demanda de mais de 15 anos do setor leiteiro.

A partir de agora, os resultados das análises laboratoriais serão atualizados semanalmente e vão permitir acompanhamento preciso e atualizado da qualidade do produto entregue aos laticínios. O sistema também auxilia na formulação de políticas públicas e na definição de estratégias das empresas, permitindo melhorar a competitividade da cadeia produtiva do leite brasileiro, cujo faturamento em 2014 é estimado em R$ 78 bilhões, segundo a Embrapa Gado de Leite.

O novo sistema – que faz parte das ações do Programa Leite Saudável, lançado pelo Mapa em setembro de 2015 – evoluiu de cerca de 3 milhões para 48 milhões de dados coletados, em apenas sete meses. Neste período, também em tempo recorde, foi

construído o software que permite obter as informações e simular situações frente a decisões de políticas públicas.

As informações coletadas pela plataforma serão a base do Plano Nacional de Qualidade do Leite (PNQL), que será construído pelo Mapa em conjunto com o setor produtivo e a academia.

Neste primeiro momento, o sistema será utilizado por uma comissão, formada por representantes do governo e do setor privado, que vai discutir níveis de acesso das informações.

No Brasil, há cerca de 1,3 milhão de produtores de leite, único produto presente em praticamente todos os municípios – somente 60 não produzem leite em todo o país. “Temos um divisor de águas na formulação de políticas públicas. Saímos da era do achismo e colocamos o leite na sociedade do conhecimento”, avalia o chefe da Embrapa Gado de Leite, Paulo Martins.

Informação

O sistema atende a uma demanda antiga do setor leiteiro. Dez laboratórios, distribuídos por todo o país, formam a Rede Brasileira de Qualidade do Leite, que realiza análises do produto com base em amostras coletadas no máximo a cada mês. De acordo com os resultados, é definido o valor a ser recebido pelo produtor.

O chefe da Embrapa Gado de Leite, com sede em Juiz de Fora (MG), diz que os dados disponíveis até agora não geravam informações. “Eles eram apurados isoladamente e não havia um sistema que os organizasse de maneira a permitir uma observação mais qualificada do leite que estamos produzindo no país.”

“Agora, passamos a cruzar dados diferentes de maneira bastante amigável”, acrescentou Martins. Na prática, será possível aferir a qualidade do leite por cada região, microrregiões ou município do país.

Critérios

Durante lançamento do sistema, a ministra Kátia Abreu assinou a prorrogação por dois anos da consulta pública para alterações na Instrução Normativa (IN) 62, que apresenta os critérios de qualidade do leite. Os novos padrões, que entrariam em vigor a partir de julho para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, serão adotados somente a partir de

01/07/2018. Para as regiões Norte e Nordeste, eles passarão a valer a partir de 01/07/2019.

A prorrogação permitirá que sejam estabelecidas regras mais adequadas para a produção de leite e estratégias mais eficientes para a melhoria da sua qualidade, sem causar prejuízos a produtores, indústrias e consumidores.

Plano Nacional

Kátia Abreu ainda formalizou a criação da Comissão Técnica Consultiva da Qualidade d o Leite, formada por representantes do Mapa e das entidades representativas dos diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva do leite, além de instituições de ensino e pesquisa. O grupo vai avaliar a situação atual da qualidade do leite no país e a construção de uma proposta para a criação do Plano Nacional para Melhoria da Qualidade e Competitividade do Leite.

Mais quatro municípios aderem ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Site do MDS, 05/05/2016.
COMBATE À FOME

Dois são capitais: São Paulo e Teresina. Com as novas adesões, chega a 129 o número de municípios com adesão ao Sistema

---

Brasília – Mais quatro municípios aderiram ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan): as capitais São Paulo e Teresina e as prefeituras paulistas de Bauru e Birigui. Com isso, chega a 129 o número de cidades formalizadas no Sistema, além dos 26 estados e o Distrito Federal. A meta, registrada no Plano Plurianual do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é chegar a 2019 com 600 municípios participando.

O Sisan foi criado em 2006 pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação da sociedade civil e um amplo processo intersetorial. Desde a sua criação, avanços legais e institucionais têm garantido a sua construção como estrutura

responsável pela implementação e gestão participativa da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito federal, estadual e municipal.

"O tema da segurança alimentar e nutricional é intersetorial – envolve vários aspectos que, juntos, contribuem com a realização do direito humano à alimentação adequada, como a produção, o abastecimento e o consumo de alimentos pela população. O Sisan incide neste processo, envolvendo gestores públicos federais, estaduais e municipais, para que setores como saúde, educação, desenvolvimento agrário, assistência social e direitos humanos atuem de forma integrada na promoção da segurança alimentar", afirma a diretora do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Sesan/MDS), Patrícia Gentil.

Além de estimular a integração entre governos com a formação das Câmaras de Segurança Alimentar (Caisan) e garantir a participação e o controle social por meio dos Conselhos de Segurança Alimentar (Consea), a adesão ao Sisan facilita o acesso a recursos e programas federais, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Planejamento – A partir da formalização da adesão ao Sisan, o próximo passo das prefeituras é a elaboração dos Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, no prazo de um ano. O plano deve apresentar programas existentes, metas e previsão orçamentária para a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional, além de ser um documento que permitirá o controle social.

Um sistema público para garantir alimentação adequada. Site do MDS, 05/05/2016.

CONQUISTAS SOCIAIS

Criação do Sisan em 2006 é conquista democrática da sociedade ao unir diferentes setores na elaboração de políticas públicas

Brasília – A saída do Mapa Mundial da Fome, publicado anualmente pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), foi o grande marco das ações de enfrentamento deste desafio nos últimos anos. O resultado demostra a eficácia das políticas públicas que vêm sendo implementadas pelo governo federal e têm como

foco garantir a todo cidadão o direito de se alimentar bem, com qualidade e em quantidade suficiente.

No período de 2002 a 2014, o país reduziu em 82% o número de brasileiros que se alimentam mal ou em quantidade insuficiente – a chamada subalimentação. O dado contrasta de forma gritante com os pouco mais de 15% de redução do período anterior, de 1990 a 2002. Para a população, na prática, trata-se da conquista de um direito básico, hoje previsto pela Constituição Federal – o direito humano à alimentação adequada.

A articulação de todas essas ações governamentais no foco da segurança alimentar e nutricional é papel do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), criado pelo governo federal em 2006, com apoio da sociedade. O Sisan é uma conquista democrática da sociedade, que uniu diferentes setores na construção de políticas públicas com participação popular e controle social.

"É uma luta e militância muito forte da sociedade civil, que se organizou antes do governo. O sucesso foi alcançado quando o governo se uniu e decidiu colocar, no centro da agenda, políticas estruturantes de redução da desigualdade e da pobreza e a inclusão social da população", afirma a diretora do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrícia Gentil.

"O nosso governo entende que não se promove a segurança alimentar e nutricional com uma única ação. Por isso, trouxe este desafio para o centro das políticas públicas de Estado e, a partir daí, vem integrando um conjunto de ações nas diversas áreas como saúde, educação, assistência social, produção e consumo de alimentos, com foco na promoção do direito humano à alimentação adequada", explica o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnoldo de Campos.

Assim como existe o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas) "este governo criou, também, o Sisan", explica Campos. O sistema promove a integração das ações de segurança alimentar e nutricional, articulando também com governos estaduais e municipais e chegando a toda população, nas escolas, nos postos de saúde, nos restaurantes populares, nas creches e nas feiras de produtores, por exemplo. "Todo cidadão tem direito de se alimentar bem e adequadamente

assegurado pela Constituição Federal a partir de 2010. O Sisan é, hoje, o grande guardião deste direito."

Em 2012, foi lançado o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN). Com vigência até 2015, ele teve como prioridade a redução da desigualdade e da pobreza no país, investindo R$ 302,9 bilhões em ações intersetorais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, entre outras.

Para que o país siga avançando nesta direção, foi aprovado, nesta quinta-feira (5), a segunda edição do PlanSAN, com vigência até 2019, durante reunião da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Ele traz como novo desafio o combate ao sobrepeso e à obesidade e, consequentemente, às doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira vão para o centro das discussões que norteiam as ações do Estado dos próximos anos.

O segundo Plano prevê a promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. A partir de recursos orçamentários a serem definidos, os principais desafios são combater a insegurança alimentar e nutricional, promover a inclusão produtiva no meio rural, a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis e as estratégias de educação alimentar, além de ampliar acesso à água e prevenir a má alimentação e a obesidade.

"O Plansan foi construído a partir de questões relativas à regulação do Estado e de prevenção da obesidade. Por isso, dialoga com outras ações do governo, como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017", explica a presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Marília Emília Pacheco.

Outra importante iniciativa para superar os novos desafios é o Pacto Nacional para Alimentação Saudável, lançado pelo governo federal, por meio de decreto da presidenta Dilma Rousseff, durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013, 57% da população brasileira adulta tem sobrepeso e 21,3% dessas pessoas são obesas. As crianças estão entre as prioridades da iniciativa. Segundo dados do IBGE (2015), de

cada três crianças de cinco a nove anos, uma está acima do peso recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O objetivo do Pacto é mobilizar governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, além da sociedade civil organizada, dos organismos internacionais e do setor privado, na promoção de campanhas sobre a importância de hábitos alimentares saudáveis, inclusive nos sistemas públicos de educação e saúde e nos equipamentos de alimentação, entre outros.

Sisan – Ao aderir ao Sisan, a gestão estadual, distrital ou municipal se compromete a criar legislação específica, instituir um conselho e uma câmara intersetorial e a elaborar um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Todas as ações, planos e metas são discutidos com a sociedade civil nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). E as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) promovem a articulação e a integração das áreas na execução das políticas públicas.

O Sistema atua na articulação de planos, ações e demandas da segurança alimentar. Por ser um sistema de governança, o Sisan reúne ações de segurança alimentar em conjunto com a saúde, educação, direitos humanos, desenvolvimento agrário e outras áreas que abrangem todo o país. A intersetorialidade é um dos princípios básicos do Sistema que reúne diversos setores de governo e da sociedade civil para garantir o direito humano à alimentação adequada.

Além de estimular a integração entre governos com a formação das Câmaras de Segurança Alimentar (Caisan) e garantir a participação e o controle social por meio dos Conselhos de Segurança Alimentar (Consea), a adesão ao Sisan facilita o acesso a recursos e programas federais, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Atualmente 26 estados, o Distrito Federal e 129 prefeituras aderiram ao Sistema. Os municípios paulistas de Bauru, Birigui e São Paulo e de Teresina (PI) fizeram sua adesão neste mês de maio. A meta é chegar a 600 municípios até 2019. Aderir ao Sistema proporciona mais acesso às políticas públicas e recursos federais para ações de promoção de segurança alimentar.

Presidenta e ministra da Agricultura criam a Força Nacional-Suasa. Cláudia Lafetá - MAPA. 04/05/2016.

Grupo de elite irá prevenir e combater situações que ameacem lavouras e rebanhos

A presidente Dilma Rousseff e a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) assinaram, nesta quarta-feira (04), o decreto que institui a Força Nacional do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (FN-Suasa). O grupo de elite será formado por fiscais agropecuários para executar medidas de prevenção, vigilância, assistência e controle de situações de risco epidemiológico e de desastres fitossanitários e zoossanitários que ameacem lavouras e rebanhos.

“Em qualquer foco, evento e ameaça nos estados ou na fronteira com outros países, a Força Nacional poderá agir rapidamente, com metodologias e critérios, para que possamos ter confiança em toda parte do mundo”, disse a ministra Kátia Abreu.

A FN-Suasa será articulada por entidades públicas e privadas, coordenada pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), tendo como instâncias intermediárias as agências estaduais de defesa agropecuária dos estados e do Distrito Federal.

“Temos que estar muito bem preparados para defender nossa produção agropecuária da forma mais valente possível. E para isso contamos com todos os servidores do ministério”, ressaltou a ministra.

O grupo terá 628 fiscais agropecuários federais, estaduais e municipais, entre médicos veterinários e engenheiros agrônomos. Desse total, 270 são do quadro do ministério. Eles receberão equipamento, coletes e uniformes.

“A criação de uma força nacional eleva o nível da importância estratégica para a atividade da agricultura e pecuária nacional”, afirmou o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luís Rangel.

A iniciativa faz parte do Plano de Defesa Agropecuária 2015-2020, apresentado pelo Mapa em maio de 2015.

Fiscalização e polícia apreendem quatro toneladas de agroquímicos falsificados em SP. MAPA. 05/05/2016.

A estimativa é que o valor do material ultrapasse R$ 2 milhões

Fiscais agropecuários e policiais civis apreenderam cerca de quatro toneladas de agroquímicos falsificados na região de Catanduva, São Paulo. A maior parte dos produtos era de herbicidas, mas também foram encontrados inseticidas e fungicidas. Seis pessoas foram presas.

O material foi apreendido, na última terça-feira (3), em sete casas e galpões. A estimativa é que o valor total dos produtos ultrapasse R$ 2 milhões.

A apreensão ocorreu após denúncias anônimas e foi feita pela Superintendência Federal de Agricultura de São Paulo (SFA-SP), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), pela Polícia Civil e pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

Segundo a SFA-SP, os falsificadores usavam rótulos de empresas idôneas, inclusive o número de registro do Ministério da Agricultura.

O Mapa vai abrir procedimento administrativo, e os falsificadores podem receber multa de até R$ 20 mil. Na Justiça, os seis presos vão responder por crimes como o de falsificação.

Plano fortalece sanidade animal e vegetal. Cláudia Lafetá - MAPA. 06/05/2016.

Ministério intensifica ações para proteger área de cultivo e rebanhos

Uma das ações mais importantes do Plano de Defesa Agropecuária (PDA) na área vegetal é o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Mosca das Frutas, lançado pela ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) em 2015. Por seu intermédio, o ministério estabeleceu importantes parcerias para defender o Brasil de uma das pragas que mais afetam a fruticultura brasileira.

O programa nacional ajudou especialmente os produtores de manga, uva, mamão e melão. Essas frutas são cultivadas em pequenas e médias propriedades e comercializadas no mercado nacional e internacional.

Para desenvolver o programa, o Mapa fez parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no Amapá para teste e implementação do controle biológico de mosca da carambola. Também trabalhou no Projeto de Zona Tampão entre Brasil e Guiana Francesa, com objetivo de combater a mosca da carambola e estabeleceu cooperação a com a Agência ABC para viabilizar a capacitação e mobilização em ações de controle e erradicação da praga.

“Todas essas ações foram possíveis graças à participação efetiva do setor privado. Além disso, buscamos que a estrutura na rotina das fiscalizações, inspeções e certificações estivesse sempre adequada à demanda do agronegócio”, afirma o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luis Rangel.

O Mapa instituiu ainda o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária na Faixa de Fronteira. A ação busca fortalecer a estrutura e a capacidade para coleta, processamento e transmissão de dados e informações nos órgãos estaduais de defesa agropecuária, nas superintendências federais de Agricultura e nas unidades do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro).

Saúde animal fortalecida

Outra ação decorrente da PDA foi a revisão do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNFA). Isso trouxe resultados positivos, por meio da vigilância ativa, para a proteção do rebanho brasileiro, estimado em cerca de 214 milhões de cabeças de bovinos e bubalinos. Das 27 unidades da Federação, 23 são livres de aftosa com vacinação. Santa Catarina já superou a doença e não imuniza mais o rebanho. Amapá, Amazonas e Roraima estão trabalhando para obter o reconhecimento como zonas livres com vacinação. Nesses três estados, segundo Rangel, o Mapa reforçou a infraestrutura, por meio de convênios para a compra de equipamentos e veículos.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal também está sendo revisado. A principal proposta de alteração é a determinação de medidas sanitárias a serem implementadas pelos serviços veterinários estaduais, de

acordo com a prevalência da brucelose e da tuberculose em seus rebanhos e a classificação dos estados, considerando a condição sanitária em relação a essas doenças.

Atualmente o Mapa conta com 1.087 propriedades certificadas como livres de brucelose e de tuberculose. Por meio do programa, foi feita a vacinação contra brucelose bovina e bubalina, em fêmeas de três a oito meses de idade, além do exame para o trânsito interestadual de bovinos destinados à reprodução.

Outro resultado alcançado foi a erradicação da Peste Suína Clássica (PSC) em 13 estados e no Distrito Federal. Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Tocantins, Rondônia, Acre, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e o DF tiveram reconhecimento internacional de área livre da doença.

O plano de vigilância permanente para prevenção da influenza aviária e doença de Newcastle também foi implantado. O Brasil é considerad o livre de influenza aviária, uma vez que até o momento não houve detecção de qualquer vírus no plantel avícola nacional.

Ministério coordena vacinação contra aftosa em aldeias indígenas de Roraima. MAPA. 09/05/2016.

Técnicos do ministério atravessam rios a nado ou em canoas para imunizar rebanho bovino

Fiscais agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em Roraima estão imunizando o gado contra a febre aftosa nas reservas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos. A primeira etapa da campanha de vacinação começou no início de abril e vai até 15 de maio. “Muitas vezes, nossos técnicos enfrentam caminhadas de mais de quatro horas para chegar às comunidades”, diz o coordenador de campo da Superintendência Federal de Agricultura em Roraima, José Maria Nóbrega.

Para ir até as aldeias, os fiscais atravessam rios a nado ou em pequenas canoas a remo. Nas comunidades mais isoladas, onde não há acesso por estrada, é preciso usar avião. “Na grande maioria das vezes, é necessário pegar o animal a laço. Demoramos até três dias para imunizar cem cabeças”, conta José Maria.

Os técnicos da SFA-Roraima coordenam as ações de vacinação contra febre aftosa nas reservas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos pelo sexto ano consecutivo. Quarenta e nove mil cabeças devem ser imunizadas nesta etapa de vacinação na região norte do estado.

A campanha é chamada de "Agulha Oficial" e é feita em parceria com a Funai e a Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (ADERR). O Mapa entra com os recursos financeiros para o pagamento de diárias, compra de combustível, disponibilização de veículos, apoio administrativo e logística. Já os funcionários da Funai garantem o acesso dos vacinadores às comunidades da região. A ADERR cede técnicos, oferece apoio aéreo e doa as doses da vacina.

Nesta primeira etapa da campanha, as cinco equipes de vacinadores devem percorrer quase 40 mil quilômetros dentro das reservas indígenas.

Conab participa de Plano para impulsionar produção orgânica e agroecológica. CONAB. 09/05/2016.

Com objetivo de estimular a produção orgânica e agroecológica entre os agricultores familiares o governo federal instituiu o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) para o período 2016-2019. A política, que vem sendo coordenada desde 2013 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), prevê ações em diferentes frentes, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Entre as ações previstas para a Companhia está o fortalecimento e a ampliação das cooperativas e associações da agricultura familiar que têm como base a produção agroecológica ou orgânica e o extrativismo. O objetivo é incentivar a maior participação deste público nos programas de apoio à comercialização da produção, como a Política de Garantia de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em especial para a compra de sementes e mudas.

A Conab também apoiará ações que visam qualificar a gestão das organizações da agricultura familiar, por meio de capacitações. A proposta tem como foco a melhoria dos sistemas de produção dos agricultores familiares e o avanço no acesso aos

mercados, garantindo aos brasileiros uma alimentação saudável e de qualidade nutricional.

Além dessas medidas, a Conab também atuará no aprimoramento das metodologias de coleta de dados sobre o extrativismo e sobre a contribuição dos produtos da sociobiodiversidade para a economia. Ao mesmo tempo, a Companhia buscará informações para a inclusão dos custos dos serviços ambientais nos preços mínimos da PGPM-Bio.

A continuidade do Planapo até 2019 foi publicada na última semana no Diário Oficial da União (DOU). Lançado em outubro de 2013, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) foi elaborado com a participação de dez ministérios, além de diferentes órgãos do governo federal e da sociedade civil.

FAMASUL lança campanha de vacinação contra a febre aftosa junto com Governo do Estado. Carla Gavilan - CNA. 09/05/2016.

O Sistema FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul lançou a campanha oficial de vacinação contra a febre aftosa nas regiões do Planalto e Pantanal, junto com o Governo do Estado e Embrapa.

O evento aconteceu na manhã desta terça-feira (03), na Associação dos Moradores e Produtores da Região Três Barras, em Campo Grande, onde o presidente do Sistema FAMASUL, Mauricio Saito, participou junto com a diretora-secretária, Terezinha Cândido, e o diretor executivo, Lucas Galvan.

Na solenidade, o presidente pontuou que ao atingir 99% do índice de vacinação, Mato Grosso do Sul evidencia a conscientização dos seus produtores rurais.

“Não podemos pensar em avanço tecnológico, avanço de capacidade de produção e gerencial, sem o cuidado com a sanidade animal. E isso tem sido realizado em nosso estado, pois imunizar os animais tornou-se uma cultura do produtor”, afirmou.

O diretor presidente da Iagro, Luciano Chiocheta, explicou que este ano a campanha tem a expectativa de imunizar 19 milhões de animais, além dos animais que estão sendo

vacinados na fronteira. Recordou que no ano passado, MS alcançou o 3º maior índice de vacinação do país.

“O ato de vacinar é uma importante ferramenta de promoção à sanidade animal, um dos pilares que dão sustentabilidade à produção agropecuária do nosso estado”.

Orlando Baez, superintende Federal da Agricultura e Pecuária (MAPA), comentou que o estado vive um momento de tranquilidade em relação à febre aftosa, graças a união de esforços dos órgãos.

"Entre 2005 e 2016, somente o Ministério da Agricultura liberou aproximadamente R$ 100 milhões de recursos. O trabalho deve ser contínuo e a prioridade é sanidade”, disse.

Chefe geral da Embrapa Gado de Corte, Cléber Oliveira, ressaltou a campanha marca o 11º ano ininterrupto sem nenhuma ocorrência e suspeita de febre aftosa em Mato Grosso.

“Conforme os dados, temos indicadores superiores a 98% de eficiência de cobertura vacinal no rebanho do estado. Isso nos mostra a relevância de um trabalho sério e significa que, tecnicamente, Mato Grosso do Sul é um estado livre de aftosa com vacinação”.

Para o secretário estadual de Produção e Agricultura Familiar, Fernando Lamas, “a defesa sanitária é algo primordial quando pensamos na segurança de um país, que só é forte quando produz alimento em quantidade e qualidade para atender a necessidade da sua população”.

O secretário estadual de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, pontuou que vacinar já é uma atividade consciente do produtor rural. “Aprendemos com os erros do passado e seguimos avançando, olhando para frente. O Estado é um grande e importante produtor e exportador de carne bovina. A garantia de que nossos animais são livres de febre aftosa é a certeza da saúde do consumidor".

Para a deputada Mara Caseiro, a campanha “é muito importante não só para o presente, mas para todo futuro de MS e Brasil”.

A vacinação contra febre aftosa é obrigatória no Brasil e o produtor que não realizar o procedimento de imunização receberá um auto de infração e multa e terá sua ficha

sanitária bloqueada na Iagro, com isso ele não poderá transportar ou comercializar o animal.

Vacinação

Calendário diferenciado - A região de Fronteira possui aproximadamente 670 mil animais. É o território vizinho à Bolívia e ao Paraguai, composto pela totalidade dos municípios de Antônio João, Japorã e Mundo Novo e parte dos municípios de Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas.

No Pantanal está previsto imunizar nesta etapa 2,6 milhões de animais. A região é composta pelas áreas inundáveis de Corumbá, Ladário e em parte dos municípios de Coxim, Miranda, Aquidauana, Porto Murtinho e Rio Verde de Mato Grosso.

Com cerca de 15,3 milhões de animais, o Planalto é formado pelos demais municípios fora das regiões citadas, onde não há inundação nos períodos chuvosos.

País pode fechar 150 mil restaurantes. IdianaTomazelli - O Estado de São Paulo, Economia. 09/05/2016

Motivo para a decisão, em 84% dos casos, é o prejuízo acumulado diante do aumento de custos e da queda no faturamento

RIO - A contenção de gastos dos brasileiros fez encolher o movimento em bares e restaurantes e está levando os donos a considerar a possibilidade de fechar as portas. Um levantamento da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) obtido com exclusividade pelo Estado mostra que um a cada seis empresários avaliam dar fim ao negócio ou repassar o ponto nos próximos meses. São 150 mil estabelecimentos em todo o País que podem não resistir à crise.

O motivo para a decisão, em 84% dos casos, é o prejuízo acumulado pela empresa diante do aumento de custos e da queda no faturamento. "São números assustadores, com reflexos extremamente dramáticos. Isso vai impactar a economia e pode gerar mais demissões", afirma o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci Jr. A vontade de empreender em outro ramo ou de arrumar um emprego também são razões citadas.

No ano passado, estabelecimentos de forma geral acabaram sofrendo um baque nas contas. A tarifa de energia elétrica, uma despesa básica, subiu mais de 50%. Taxa de água e esgoto e

alimentos também ficaram mais caros. Houve ainda, no início de 2016, reajuste de 11,68% no salário mínimo, remuneração que serve de base para muitos trabalhadores do ramo.

"Conta de energia não fecha loja, mas quando soma tudo e ainda tem perspectiva de retorno pequeno, complica. Boa parte dos empresários não está com fôlego para esperar a crise passar", diz o economista Fabio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O setor de alojamento e alimentação (que inclui os bares e restaurantes, mas também hotéis) mergulhou no vermelho já em julho de 2014, segundo dados do IBGE. De lá para cá, a situação só se agravou. O volume de serviços prestados na área encolheu 5,6% em 12 meses até fevereiro deste ano, já descontada a inflação. "A perversidade não é o tamanho do tombo, mas sim a duração da crise", analisa Bentes.

Mesmo diante de demissões e queda na renda dos trabalhadores, que incentivam a contenção de gastos, é provável que alguns empresários não tenham percebido a situação de risco ou não tenham tido capital para investir e reagir, avalia Solmucci Jr. Daí a quantidade enorme de negócios que podem não resistir à crise. Os empregos gerados por cada um desses negócios também estão na corda bamba. Das empresas com prejuízo, 9,89% pretendem demitir neste ano - mais do que a taxa média de 3,13%.

Sobreviventes. Quem se antecipou à maré baixa conseguiu driblar os efeitos negativos. O mesmo estudo mostra que estabelecimentos com tíquete médio abaixo de R$ 15 ou aqueles que elaboraram novos pratos e promoções para adequar o cardápio ao bolso do consumidor se saíram melhor em 2015. Alguns conseguiram até mesmo expandir o faturamento, a taxas que vão de 5% a 15%.

No Rio, a empresária Helena Rodrigues Moura reformulou o cardápio do restaurante Ô Mattos, no centro da cidade, em agosto do ano passado. Incluiu porções menores e mais baratas. Além do prato executivo, oferece a refeição "mini" por R$ 14 e a "brotinho" por R$ 12. "Em vez de aumentar muito o preço, fiz isso", conta. "Mantive o número de clientes. Foi uma boa defesa (contra a crise)", diz ela, que tem como sócia a filha Milena.

A vitória é ainda mais comemorada porque o restaurante de dona Helena fica próximo às obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que, segundo ela, prejudicaram o movimento. "Quando as obras acabarem, acho até que vai melhorar", afirma.

Dono do restaurante Ita, na zona central de São Paulo, Luiz Nunes Pedro também segurou os preços. Por lá, uma refeição pode custar entre R$ 13 e R$ 25. "Se aumenta, os clientes

procuram um mais barato", diz. A fila de espera por um lugar no balcão do Ita diminuiu nos últimos tempos, mas a freguesia cativa e o preço baixo em relação à região têm garantido a continuidade do negócio.

Empresas que enxergaram mais cedo a crise ganharam vantagem, aponta o presidente da Abrasel. Parte delas investiu antes em automação e formação. "Isso permitiu um salto de produtividade na hora certa", afirma. Outra parcela mirou em promoções para atrair a clientela. "Além disso, houve uma migração. O consumidor fez um grande esforço e agora gasta em outra faixa de preço", nota.

Quem mais perdeu nesta disputa foram os restaurantes com tíquete médio entre R$ 25 e R$ 70. Nessa faixa, o recuo foi de até 30% no faturamento no ano passado.

Diante da criatividade de alguns empresários e do ajuste do mercado, Solmucci Jr. afirma que o setor de bares e restaurantes viverá uma estabilidade em 2016. Uma vitória perto do recuo real de 3,5% observado em 2015. "Comemoramos porque parou de piorar, e esse é o primeiro passo para começar a melhorar. Em 2017, já enxergamos crescimento", diz.

Insegurança alimentar severa no Brasil é inferior a 0,5%, aponta FAO. Site do MDS, 09/05/2016.

Experiência brasileira em formatar indicador foi modelo para organismo internacional desenvolver Relatório Vozes da Fome, que avaliou 146 países

Brasília – O Brasil é um dos oito países do mundo em que a insegurança alimentar severa, onde a privação de alimentos é grave, é inferior a 0,5% de sua população de 15 anos ou mais de idade. O dado consta do relatório *Métodos para estimar taxas de prevalência comparáveis de insegurança alimentar entre adultos do mundo*, do projeto Vozes da Fome, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), lançado em abril.

O documento aponta que Azerbaijão, Bielorrúsia, Butão, China, Israel, Suíça e Tailândia estão na mesma situação que o Brasil. Na Noruega, a insegurança alimentar

severa atinge a 0,6% da população, enquanto que, na Dinamarca e Alemanha, o índice é de 0,7% e, nos EUA, é de 1,2%.

O trabalho foi feito pelo Instituto Gallup, junto a 160 mil pessoas em 200 línguas diferentes em 150 países. Para sua elaboração, foi utilizada uma única ferramenta de pesquisa junto aos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O questionário avalia se a pessoa, nos últimos 12 meses anteriores ao contato, tiveram dificuldade de acessar alimentos e, se sim, se o motivo é por falta de renda ou outros recursos.

A pesquisa teve por modelo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “O Brasil foi pioneiro no uso deste instrumento, sendo seguido depois pelos Estados Unidos”, destacou, no ano passado, Carlo Cafiero, economista da Divisão de Estatística e Análise sobre Segurança Alimentar da FAO. Para ele, o trabalho conjunto de MDS e IBGE demonstrou a forte relação entre as instituições do governo, preservando autonomia e neutralidade na geração das informações.

Superação – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, conta que, a partir de 2004, o governo brasileiro assumiu o problema da fome como uma agenda central para o Brasil e desenvolveu um conjunto de políticas que permitiram que o país pudesse realmente alterar de forma estrutural a realidade das pessoas. De acordo com ela, o objetivo era alterar efetivamente a vida dessas pessoas, acabando com a dependência da doação de alimentos.

E a garantia do acesso à renda para milhões de brasileiros foi fundamental. “Não existia a fome no Brasil por não haver alimentos. Tinha fome no Brasil porque as pessoas não tinham renda. Então, assumir o combate à fome e à pobreza como prioridade do governo e, a partir daí, ampliar a renda das famílias com aumento do salário mínimo, geração de empregos, Bolsa Família e outras políticas de geração de renda permitiu que essas famílias tivessem acesso a alimentos que já eram produzidos no Brasil. O governo conseguiu dessa forma criar uma nova realidade.”

A ministra aponta que ainda existem desafios, principalmente junto aos povos e comunidades tradicionais, como comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. “O Brasil avançou muito, mas ainda há muito a fazer. Não podemos descansar enquanto houver um brasileiro em situação de insegurança alimentar. Precisamos avançar e ampliar o acesso à alimentação saudável e avançar também no desenvolvimento de políticas específicas para públicos com características muito peculiares, como é o caso dos indígenas.”

Para isso, afirma Tereza, é necessária a colaboração dos governos - municipais, estaduais e federal - e das entidades da sociedade civil. “Só tem uma forma de a gente continuar avançando no Brasil: com políticas públicas, transparência, participação e com controle social. Os nossos conselhos de segurança alimentar e nutricional [Consea federal, dos estados e dos municípios] têm de continuar ativos e participantes para que a gente avance cada vez mais, não apenas superando a desigualdade, mas melhorando a qualidade da alimentação da população.”

Planejamento – Na última quinta-feira (5), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) aprovou o 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN), principal instrumento de planejamento, gestão e execução das ações para o período de 2016 a 2019.

O PlanSAN é composto por nove desafios, 121 metas e 102 ações, tendo como principais diretrizes a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados pela população brasileira e o combate à insegurança alimentar em grupos populacionais específicos. Outra diretriz importante é controlar e prevenir os problemas decorrentes da má alimentação, como a obesidade e o sobrepeso.

PAA: MDS propõe metas e limites para três estados. Site do MDS, 10/05/2016.

Ministério vai investir R$ 21 milhões para beneficiar mais de 3 mil agricultores familiares em 210 municípios

Brasília – Os governos do Maranhão, Minas Gerais e Piauí já podem pactuar limites financeiros e metas com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea em 2016. A portaria que estabelece a medida foi publicada em 3 de maio.

O MDS vai investir R$ 21 milhões para beneficiar, no mínimo, 3.239 agricultores familiares em 210 municípios. O governo do Piauí já executa o PAA desde 2014 e os de Minas Gerais e Maranhão iniciam a partir de agora. O coordenador geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar do MDS, João Paulo Sotero, destaca que "embora Minas e Maranhão iniciem agora a execução do PAA, eles já contam com ações do Programa por meio da execução de municípios, tendo a supervisão do estado. São 44 municípios em Minas e outros 73 no Maranhão".

Os governos estaduais têm 30 dias para confirmar o interesse, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento das informações para a elaboração do plano operacional no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA). Depois, eles elaboram proposta de participação para a execução do PAA, indicando os municípios participantes, os alimentos que serão adquiridos, os agricultores familiares que fornecerão alimentos e as entidades que serão atendidas.

Na modalidade Compra com Doação Simultânea, os alimentos comprados dos agricultores familiares são doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) além de creches e escolas.

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional já pode ser acessado na internet. Site do MDS, 11/05/2016.

Documento aprovado na última semana pela Caisan é composto por nove desafios, 121 metas e 99 ações para garantir que todos os brasileiros tenham acesso à alimentação saudável

Brasília – O 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN 2016-2019) é o principal instrumento de planejamento, gestão e execução das ações de segurança alimentar e nutricional do governo federal para os próximos quatro anos. O documento foi elaborado a partir das propostas priorizadas pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e já está disponível para consulta na internet.

Baseado na Carta Política da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em novembro do ano passado, o plano responde às diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e às metas e iniciativas de Programas Temáticos do Plano Plurianual (PPA 2016-2019). Ele é composto por 121 metas e 99 ações relacionadas, estruturadas a partir de nove grandes desafios para o período de 2016 a 2019:

- Desafio 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- Desafio 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.
- Desafio 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica.
- Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.
- Desafio 5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.
- Desafio 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação.
- Desafio 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à agua para a população, em especial a população pobre no meio rural.

- Desafio 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.
- Desafio 9 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.

Mais 38 municípios têm proposta de participação no PAA aprovada. Site do MDS, 13/05/2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário vai liberar R$ 8 milhões este ano. O repasse vai beneficiar 1.754 agricultores familiares

---

Brasília – Mais 38 municípios de dez estados tiveram aprovadas suas propostas de Participação no programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para execução em 2016. Eles aderiram ao programa na modalidade Compra com Doação Simultânea e tiveram suas metas pactuadas com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

As propostas de execução do Programa foram analisadas pelo ministério durante os meses de março, abril e maio. O repasse, no valor de R$ 8,04 milhões, vai beneficiar 1.754 agricultores familiares e fornecer alimentos para 431 entidades socioassistenciais.

Operação – Na modalidade Compra com Doação Simultânea, os alimentos comprados dos agricultores familiares são distribuídos às entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

Os gestores municipais e estaduais do PAA são responsáveis por articular produtores, recebendo e distribuindo alimentos e efetuando o lançamento da nota fiscal no sistema operacional do programa.

Cada família pode comercializar até R$ 6,5 mil por ano. O pagamento é feito diretamente aos agricultores familiares, por meio de cartão bancário, sem haver repasse de recursos para governo estaduais e municipais. Os gestores públicos operam o PAA,

com a articulação junto aos produtores, recebimento e distribuição dos alimentos e lançamento da nota fiscal no sistema operacional do programa.

Banco de Alimentos é alternativa contra o desperdício. Site do MDS, 19/05/2016.

Representantes do ministério estiveram em audiência nesta quinta-feira no Senado destacando a importância dos bancos como solução para evitar o descarte de alimentos

---

Brasília - O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário propôs à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado a inclusão de Banco de Alimentos nos projetos de lei que tratam do combate ao desperdício de alimentos. A iniciativa foi apresentada durante audiência pública realizada nesta quinta-feira (19), no Senado. Os debates visam orientar os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 672/2015, nº 738/2015 e nº 738/2015 que dispõem sobre estratégias de combate ao desperdício de alimentos no Brasil.

As propostas têm em comum a intenção de incentivar as doações de alimentos, isentando o doador de responsabilidade civil e penal em caso de dano pelo consumo do alimento doado, desde que não seja caracterizado dolo e negligência. Tratam ainda, entre outras medidas, de prazos de validade para consumo e doação, de campanhas para conscientização da população e da concessão de incentivos para a redução do desperdício de alimentos.

Convidados pela presidente da Comissão, a senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS), representantes do ministério propuseram que os três projetos de lei determinem que as doações sejam destinadas aos Bancos de Alimentos ao invés de irem diretamente aos beneficiários. Os locais são fiscalizados pela vigilância sanitária e recebem gêneros alimentícios dos setores privados e públicos para doação gratuita a serviços de assistência social, proteção e defesa civil, justiça, saúde e unidades de ensino.

As propostas de lei incentivariam o melhor aproveitamento dos alimentos. “Muitos não querem doar por medo de serem responsabilizados por dolo à saúde. Recebemos principalmente hortaliças e frutas e produtos industrializados perto da data de

vencimento, mas os bancos de alimentos conseguem distribuir rapidamente dentro do prazo de validade e com garantia da qualidade", afirma a Coordenadora-Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do ministério, Kathleen Machado.

Atualmente, o país tem 220 Bancos de Alimentos públicos e privados que atendem mais de 10 mil instituições, beneficiando mais de 4 milhões de pessoas. O resultado da audiência pública deverá subsidiar uma proposta de lei geral a tramitar no Congresso Nacional.

Já foram ouvidos representantes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), das Centrais de Abastecimento (Ceasas), do Serviço Social do Comércio (Sesc), da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação, da Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul (FIERGS), entre outros.

Agricultores familiares doAmazonas se organizam para vender ao PAA. Site do MDS, 25/05/2016.

Produtos serão comprados pelo 3º Batalhão de Infantaria de Selva. A chamada pública está prevista para o início de julho

---

Brasília – O agricultor familiar de Barcelos, cidade no norte do Amazonas, Márcio Ricardo Moreira, 41 anos, se prepara para aumentar a sua plantação de verduras e frutas. Agora, vai plantar pimentão e tomate em uma região onde prevalece o cultivo de banana e mandioca. A diversificação de alimentos veio graças aoPrograma de Aquisição de Alimentos (PAA). A venda tem destino certo para o 3º Batalhão de Infantaria de Selva (3º BIS) do Exército Brasileiro que, por meio da modalidade Compra Institucional, garante que vai adquirir no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar.

Para participar do programa, Márcio e 24 agricultores se organizaram e formaram a Associação dos Agricultores de Hortifrutigranjeiros de Barcelos. "Os agricultores estão muito empolgados com essa nova oportunidade. Tenho certeza que quando o PAA-

Compra Institucional funcionar muitos vão querer participar", avaliou Márcio, que também é o presidente da associação.

A previsão do Exército é abrir a chamada pública no mês de julho. Outras entidades locais já manifestaram interesse em participar da chamada pública, entre eles estão o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Agricultores e Criadores de Barcelos e Colônia de Pescadores Z-33.

De acordo com a gerente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), Gilciane Plácido Braule, o PAA-Compra Institucional gera renda a um preço justo, pois a compra é feita a preço de mercado. "O Exército ainda fará uma coleta de preços no local para fechar os valores de cada produto e quantas toneladas serão compradas.".

Para orientar os agricultores, foram realizadas duas reuniões. A primeira aconteceu em dezembro do ano passado, com representantes do IDAM local, 3º BIS e Comando da 12ª Brigada de Infantaria de Selva. A segunda, contou com a presença de representantes do IDAM e Sebrae para esclarecer como os fornecedores irão organizar documentos como Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Cartão do Produtor Primário e organização da produção para comercialização.

Compra Institucional – A modalidade do PAA foi criada em 2012, abrindo nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores de todo o país ao permitir que prefeituras, governos estaduais e órgãos federais comprem produtos para atender suas demandas por meio de chamadas públicas, sem necessidade de licitação. A iniciativa de Barcelos (AM) atende ao Decreto n° 8.473/2015, que estabelece como obrigatória a aquisição mínima de 30% dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para órgãos da administração pública federal.

Bionatur lança campanha promocional de sementes agroecológicas. Catiana Medeiros. Site do MST, 09/05/2016.

As sementes são adaptadas tanto para o cultivo em espaços urbanos como para pequenas hortas destinadas ao consumo familiar.

A Rede de Sementes Agroecológicas Bionatur, com sede no município de Candiota, na região da Campanha do Rio Grande do Sul, lançou no início deste mês a promoção 'Alimento de verdade se faz com semente de verdade'.

A iniciativa vai até o final da primeira quinzena de junho, e compreende duas propostas de kits de sementes produzidas sem o uso de venenos por famílias assentadas da Reforma Agrária.

Segundo Fidel da Cruz Vogel, do setor comercial da cooperativa, o intuito é levar para a mesa dos brasileiros alimentos saudáveis, ampliando o acesso da população às sementes.

“Estamos cumprindo nosso papel de produzi-las e não deixar morrer esse patrimônio do povo”, argumenta.

O Kit Horta Urbana contém dez variedades de produtos: alface, tomate cereja, salsa, cenoura, cebola, pimenta, berinjela, couve, mostarda e rúcula.

As sementes são adaptadas tanto para o cultivo em espaços urbanos como para pequenas hortas destinadas ao consumo familiar.

Já o Kit Horta Agroecológica tem 20 variedades de produtos: alface, tomate cereja, salsa, cenoura, cebola, pimenta, berinjela, couve, mostarda, rúcula, melancia, abóbora, moranga, melão, abobrinha caserta, abobrinha redonda, couve brócolis, repolho, coentro e jiló. Ele é destinado para hortas de pequena e média escala, e para produtores de hortaliças agroecológicas.

Todas as sementes da Bionatur são produzidas por cerca de 200 famílias Sem Terra nas regiões da Campanha, Missões e Sul do RS, e nas regiões Norte e Sul do estado de Minas Gerais.

Convênio destina R$ 45 milhões para fortalecer sistema de atenção à sanidade animal e vegetal.Cláudia Lafetá - MAPA. 11/05/2016.

Recursos anunciados pela ministra Kátia Abreu serão repassados aos serviços veterinários estaduais

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) assinou convênio com os serviços estaduais de defesa agropecuária no valor de R$ 45 milhões. A iniciativa objetiva apoiar a reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e o fortalecimento das ações de defesa agropecuária em 2016.

O convênio, assinado pela ministra Kátia Abreu nessa terça-feira (10), também tem uma linha especial de R$ 600 mil para o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA).

"Agora, precisamos definir o plano de trabalho em conjunto com as unidades estaduais. Também vamos acompanhar as ações desenvolvidas e estabelecer diretrizes e prioridades, respeitando a necessidade de cada unidade da Federação", disse o secretário de Defesa Agropecuária, Luis Rangel.

O Suasa visa a ampliar em todo o país a inspeção dos alimentos de origem animal e vegetal. O sistema de defesa agropecuária inclui atividades de sanidade, inspeção, fiscalização, educação sanitária, vigilância de animais, vegetais, insumos, produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

Embrapa apresenta caixas para comercialização de hortaliças em feira de Mato Grosso do Sul. MAPA. 12/05/2016.

Embalagens reduzem as perdas pós-colheita e facilitam as vendas

Agricultores e técnicos do Mato Grosso do Sul que visitarem a Tecnofam – Feira de Tecnologias e Conhecimentos para Agricultura Familiar - até essa sexta-feira (13), em Dourados (MS), têm a oportunidade de conhecer o grupo de caixas Embrapa, embalagens desenvolvidas para reduzir as perdas na fase de pós-colheita e facilitar a comercialização de hortaliças.

Nessa etapa da cadeia produtiva, as embalagens inadequadas e o manuseio excessivo são os principais responsáveis pelos danos nos produtos e pelo elevado percentual de perdas pós-colheita. Por isso, a utilização do grupo de caixas Embrapa constitui uma

boa prática agrícola, uma vez que favorece o manuseio mínimo e a rastreabilidade na cadeia de produção.

O grupo é composto por quatro caixas de diferentes tamanhos, que são paletizáveis e facilitam o transporte em empilhadeiras. Elas também permitem diferentes encaixes entre si e a composição de palete misto, o que é uma vantagem para os comerciantes que distribuem uma grande diversidade de espécies de hortaliças.

Em relação ao modelo, as caixas possuem abertura lateral para fácil visualização da carga empilhada. As aberturas também são funcionais, pois favorecem a ventilação e o resfriamento das hortaliças, evitando que o calor excessivo acelere a deterioração do produto.

A manutenção da qualidade das hortaliças é outro benefício do Grupo de Caixas Embrapa, uma vez que as embalagens evitam a ocorrência de danos mecânicos porque possuem cantos arredondados e superfície interna lisa. "As caixas foram idealizadas para carregar em torno de 20 kg, peso adequado para conciliar a otimização de frete com a redução de danos mecânicos por compressão e impacto", explica a pesquisadora Rita Luengo.

Maioria das escolas federais de SP tem 'merenda seca'. Luiz Fernando Toledo - O Estado de São Paulo, Educação. 13/05/2016

Dos 33 câmpus, com ensino médio combinado a técnico e superior, só 11 têm bandejões; mais 6 restaurantes estão em construção

SÃO PAULO - A maioria das escolas técnicas do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) ainda oferece aos alunos somente "merenda seca". Dos 33 câmpus em todo o Estado, que têm ensino médio combinado ao técnico e ao superior, só 11 têm bandejões para refeições, que são pagas – mais 6 estão em construção. Nos outros, os alunos recebem embalagens individuais de bolinhos, biscoito salgado, cookie, achocolatado e suco. Apesar de não dar prazos, o instituto promete a construção de refeitórios em todas as unidades federais.

São 31.150 alunos no IFSP, 14.282 secundaristas. A oferta de comida aos estudantes da educação básica tem por base uma lei federal de 2009, que diz que todos devem receber

alimentação “saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis”.

A falta de refeição nas escolas técnicas estaduais (Etecs) é o principal argumento dos estudantes que invadiram ao menos 16 colégios estaduais. Nesta semana, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse que o ato é “político”.

Já nas instituições federais de ensino a pauta dos estudantes é outra: reivindicam melhorias na infraestrutura e aumento das vagas para o ensino médio e técnico. O câmpus São Paulo do IFSP, no Canindé, zona norte, é uma das unidades com refeitório.

Os alunos podem almoçar e jantar no local, a um custo de R$ 3,50 por refeição. O valor original do prato (R$ 8,50) é subsidiado pelo governo e o restaurante é administrado por uma empresa terceirizada.

Auxílio. Quem não pode pagar o valor das refeições tem a opção de pedir auxílio alimentação, que chega a R$ 10 por dia, dependendo da renda familiar do aluno. Dos 6 mil estudantes no câmpus (2 mil no ensino médio técnico), só 1.200 têm acesso ao benefício. Todos os alunos recebem os kits com os lanches.

“Nossa prioridade é reformar a escola, que tem muitas goteiras e falta espaço”, contou o estudante Nicolas Caous, de 17 anos, que está no 2.º ano do ensino médio. Outra reivindicação é a abertura de mais vagas no ensino médio. “Aqui a maioria das vagas é de ensino superior. O câmpus precisa ser expandido.”

De acordo com o diretor da unidade, Luís Cláudio de Matos, a reclamação mais comum é de falta de espaço. “Poderíamos atender muito mais gente”, admitiu.

Ali, a comida não entra nas reivindicações estudantis. “Estamos discutindo fazer greve por causa da falta de verba”, afirmou Nicolas. Mas há solidariedade com outros grupos. Integrante do grêmio estudantil Charlie Chaplin, ele admite que os estudantes do colégio ajudaram na ocupação do prédio administrativo do Centro Paula Souza, que administra as Etecs e só foi liberado após reintegração de posse cumprida pela Polícia Militar.

Sem suco. Na unidade de Guarulhos não há restaurante, e os estudantes contam apenas com a merenda seca. O estudante Bruno Fernandes, de 17 anos, aluno de Automação, reclama que desde o ano passado houve piora no “kit lanche” recebido. “Ano passado, davam suco e achocolatado, mas eles tiraram”, reclamou. “Agora, tenho de comer em casa antes de vir para a aula”, disse o estudante do período da tarde.

“Eles dão um pão e biscoito, mas nenhuma refeição. Tenho de almoçar em casa”, emendou o aluno de Informática Guilherme Santana, de 15 anos, que cursa o 2.º ano do ensino médio.

“O lanche é bom, mas já foi melhor. Estão tirando coisas”, disse Gabriela Izidoro, de 18 anos, do técnico em Automação. “Acho os protestos (por merenda nas escolas técnicas) válidos. Quem não tem, precisa reivindicar. E quem tem, precisa melhorar.”

Ao Estado, o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) informou, em nota, que são distribuídos 17 mil lanches por dia aos estudantes de ensino técnico. A opção foi feita por não exigir preparo e manipulação.

Disse ainda que cada um dos câmpus discute a implementação de alimentação estudantil, mas não informou o prazo para isso ser feito. “Mais de dez câmpus já oferecem refeição/almoço aos estudantes em período integral.”

“Outros seguem nessa direção, estabelecendo acordos com as prefeituras, projetos de contratação de empresas para fornecimento de alimentação, parceria com as cantinas locais, dentre outras soluções, até que se concluam as obras, muitas delas já iniciadas, de construção de restaurantes estudantis em todos os câmpus, assim como se finalize o concurso para contratação de nutricionistas, que encaminharão as ações de alimentação estudantil no IFSP”, continua a nota oficial.

Seis câmpus estão com restaurantes em fase de construção: Barretos Rural, Birigui, Catanduva, Hortolândia, Registro e Suzano. Cada conjunto terá 1.074,49 m², além de pavimentação e urbanização do entorno. “O investimento total está previsto em R$ 20 milhões e os restaurantes devem ser entregues até o fim deste ano”, afirmou o instituto.

Em relação à falta de bebidas, o IFSP diz que “tem havido desfalque por parte da empresa contratada que, uma vez notificada, requereu reequilíbrio econômico-financeiro do contrato”. “O caso está sendo analisado pela Procuradoria Regional Federal (PRF), o que é de conhecimento da comunidade estudantil.”

Alunos invadem diretoria de ensino na zona norte

Estudantes de escolas estaduais e técnicas invadiram nesta quinta-feira, 12, a terceira diretoria de ensino regional. Além das diretorias Centro-Oeste e de Guarulhos, já ocupadas, foi tomado o prédio da Norte 1, na Água Branca.

O local foi ocupado durante a madrugada e, segundo nota divulgada pelos manifestantes, eles exigem a saída da dirigente de ensino por “abuso de poder”. Eles também disseram protestar

contra a falta de reajuste salarial dos professores e contra o fechamento de salas de aula nas escolas estaduais.

Nesta quinta, além das diretorias de ensino, 13 escolas técnicas (Etecs) e três escolas estaduais permaneciam ocupadas. A onda de invasões de prédios públicos teve início há 15 dias, quando a sede do Centro Paula Souza foi tomado. Para esta sexta-feira, 13, os alunos marcaram uma assembleia, em que devem definir os "rumos do movimento".

Panaftosa cumprimenta Mapa por normas para entrada de alimentos de origem animal no país. Cláudia Lafetá - MAPA. 16/05/2016.

Para instituição, uma das mais conceituadas do mundo em sanidade, Brasil harmoniza suas recomendações com o mercado global

O Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa) enviou carta ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para cumprimentá-lo pela publicação de instrução normativa que trata da lista de produtos de origem animal destinados ao consumo humano ou animal autorizados a ingressar no território brasileiro, sem a necessidade de apresentação de certificado sanitário por passageiros vindos do exterior.

Na carta, o Panaftosa destaca que a Instrução Normativa nº 11, de 10 de maio de 2016, representa um avanço. Segundo a instituição, ao estabelecer as regras específicas para autorização de ingresso de produtos de origem animal, de risco insignificante para consumo e uso pessoal, o Mapa promove a modernização de suas normas.

Além disso, acrescenta a Panaftosa, o ministério harmoniza suas recomendações com as de organismos internacionais de referência, na qual se destaca a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). O centro também ressaltou que a medida acompanha os procedimentos similares adotados por países com condição sanitária igual ou superior ao Brasil.

O Panaftosa enfatizou ainda que a publicação da IN nº 11 possibilita ao ministério priorizar ações de fiscalização sanitária a produtos e processos considerados de maior risco aos rebanhos brasileiros e sua economia. Cita como exemplo o reforço dos controles veterinários referente à importação de animais e produtos em escala comercial e a implantação de estratégias públicas que visem inibir o contrabando de animais e produtos realizados nas áreas de fronteira.

"Essa iniciativa teve repercussão muito positiva na sociedade civil, sendo amplamente divulgada na mídia nacional. A atualização dos procedimentos de fiscalização de produtos de origem animal trazidos nas bagagens de passageiros e tripulantes estão em sintonia com um mundo globalizado, principalmente no que se refere ao comércio internacional e a liberdade de movimentação de pessoas, que impacta no aumento da circulação de bens e serviços", disse o diretor de Saúde Animal do Mapa, Guilherme Marques.

Segundo ele, o Mapa promoverá ampla divulgação dessas informações, adequando seu material informativo de forma a assegurar a correta comunicação aos passageiros e demonstrando o compromisso com a missão de proteger o patrimônio nacional.

O carrinho do supermercado já não é mais o mesmo. Márcia De Chiara – O Estado de São Paulo, Economia. 15/05/2016

O carrinho de supermercado encolheu pela primeira vez no ano passado e voltou a ser do tamanho de 2010. Em 2015, o consumidor levou para casa um quantidade 2% menor de itens básicos, entre alimentos, bebidas e produtos de higiene e limpeza, em comparação com o ano anterior. Essa queda interrompeu sete anos consecutivos de crescimento no consumo de uma cesta com 96 categorias de itens básicos. Em valor, o desembolso por essa cesta ficou estável. Isso significa uma perda real de quase 10%, que foi a inflação acumulada no período. "Foi efetivamente a primeira vez que andamos para trás", diz Christine Pereira, diretora comercial da consultoria KantarWorldpanel.

Desde 2008, ano após ano, o consumo não parava de crescer: o brasileiro ganhava mais e comprava em quantidade maior. Esse ciclo foi interrompido no ano passado. Em 2015, a inflação com alimentos e bebidas atingiu 12,03% e superou a inflação geral de 10,67%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A perda de renda foi tão brusca que atingiu até o produto símbolo do Plano Real e da ascensão da classe C: o iogurte. No ano passado, as quantidades vendidas caíram 2,6% em relação a 2014. Foi a primeira retração da série de vendas apurada pela consultoria Nielsen desde 2005. "O iogurte, ano após ano, era o produto top dez em taxa de crescimento", aponta Daniela Spinha de Toledo, diretora de varejo da Nielsen.

Até reduzir o volume de compras, o brasileiro diminuiu gastos com lazer, optou por embalagens econômicas, trocou marcas caras por baratas e foi às compras no atacarejo, lojas

que misturam o atacado com o varejo com apelo de preço baixo. A motorista Elisangela Oliveira, de 37 anos, fez isso. Uma vez por mês ela compra itens básicos nesse tipo de loja e gasta R$ 200. “Se fosse num supermercado desembolsaria R$ 280.”

Transgênico é seguro, dizem cientistas dos Estados Unidos. Fábio de Castro - O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 18/05/2016

Modificação não causa danos ao ambiente, segundo Academia Nacional de Ciências, mas também não aumentaria rendimento

SÃO PAULO - Os alimentos produzidos com plantas geneticamente modificadas são seguros para o consumo humano e não causam danos ao meio ambiente, de acordo com análise feita por 50 cientistas e publicada ontem pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos. O documento diz, por outro lado, que não há evidências de que a tecnologia de engenharia genética seja capaz de aumentar o rendimento da produção agrícola.

Cerca de 20 cientistas elaboraram o relatório de 400 páginas, após consulta a mais de mil estudos científicos e avaliação de mais de 20 anos de dados sobre doenças e plantações. O foco do relatório foram culturas transgênicas importantes na economia americana.

O relatório conclui, com base em análises químicas, que os alimentos transgênicos não oferecem riscos à saúde.

O grupo também avaliou a incidência de determinadas doenças, comparando suas taxas de ocorrência na América do Norte, onde os transgênicos são parte da dieta desde 1996, e na Europa Ocidental, onde os alimentos biotecnológicos estão pouco presentes. A conclusão é de que “não há evidências de aumento na incidência de câncer, obesidade, doença hepática, autismo, doença celíaca ou alergias alimentares”.

Sobre os impactos ambientais, o relatório diz que “não há evidência conclusiva de uma relação de causa e efeito entre culturas transgênicas e problemas ambientais”. O uso de variedades resistentes a insetos, segundo o documento, levou a uma redução do uso de inseticidas químicos. O uso de variedades resistentes a herbicidas, por outro lado, levou ao aumento do uso de agrotóxicos.

Segundo o relatório, novas técnicas como a edição de genomas - usada para fazer pequenas modificações genéticas nas plantas - estão deixando cada vez mais tênue a fronteira entre as plantas transgênicas e as convencionais. Isso estaria tornando insustentáveis os sistemas

regulatórios existentes, como o controle dos rótulos de produtos com base em plantas transgênicas.

Os autores recomendam a criação de um novo sistema que tenha mais foco nos atributos de cada cultura, em vez de voltar a atenção para a maneira como cada uma delas é criada.

O relatório conclui que o uso da biotecnologia trouxe benefícios econômicos a fazendeiros - como a proteção contra insetos -, mas não parece ter acelerado a taxa de rendimento de culturas como milho, soja e algodão. “A conclusão, depois de ler o relatório, é que as plantas transgênicas são mesmo apenas plantas. Elas não são a panaceia que clamam alguns proponentes nem o temível monstro apontado por outros”, comentou Wayne Parrott, professor de Ciências do Solo da Universidade da Georgia, segundo o jornal The New York Times.

Isenção. O documento diz que nenhum dos autores atua em empresas de biotecnologia que produzem transgênicos, embora alguns já tenham desenvolvido plantas geneticamente modificadas e tenham sido consultores dessas empresas.

Agroecologia e Transgênicos - Mitos e tarefas. Leonardo Melgarejo. Site do MST, 19/05/2016.

Na natureza não existem espécies campeãs. Portanto, as monoculturas extensivas são antinaturais. É por isso que elas exigem uma luta permanente.

Entre os anos 1980 e 2010 a temperatura do planeta subiu quatro graus (IPEA, Os desafios do desenvolvimento 2013. Ano 10, n.77, p70). Com isso a vida que conhecemos resulta ameaçada, e se aceleram os debates sobre a necessidade de reformulação no modelo de desenvolvimento dominante. Uma das certezas, neste tempo de crises, é que são necessárias relações menos deletérias, entre as atividades humanas e a capacidade suporte dos ecossistemas. Afirma-se: a humanidade precisa acordar, antes que seja tarde1.

Reside aí o principal argumento para maiores apoios ao desenvolvimento da agroecologia. Ela mostra que em defesa da vida precisamos superar a idéia tola de que homem está acima da natureza. Ela lembra que os processos de exploração da natureza

devem aprender com as leis naturais, ou não terão futuro.

Na natureza não existem espécies campeãs. Portanto, as monoculturas extensivas são antinaturais. É por isso que elas exigem uma luta permanente, contra a natureza. E se nesta luta usamos armas químicas, que envenenam o solo, a água e o ar, se faz evidente que os interesses associados a colheita das safras do presente comprometem o solo, o ar, a água e também as safras do futuro.

Apenas a ocultação de informações e a ignorância ou a apatia coletiva podem explicar este fato tão estranho quanto injusto: os privilégios imediatos de alguns estão se sobreponde aos direitos à vida e já ameaçam o futuro de todos. Resulta claro que algo está muito errado, e deve ser alterado.

Uma possibilidade é de que a enorme injustiça contida nestes fatos em algum momento se tornará óbvia, e terá fim. A outra é que a temperatura do plante seguirá subindo, e não despertaremos antes do caos.

Na natureza sempre que uma virose se expande, se o hospedeiro não mata o vírus, o vírus mata o hospedeiro. A mensagem é clara: o futuro está ameaçado e são necessárias ações concretas, distintas daquelas que nos trouxeram até este ponto.

Pois bem, a agroecologia aponta caminhos para superação desta visão anacrônica, superada, reducionista, apoiada em falsas promessas e obcecada pelo curto prazo.

Mas infelizmente as boas interpretações não resolvem problemas reais. A visão e a consciência de alguns, mesmo que com apoio do Papa, não são o bastante para mudar as tendências atuais. Para viabilizar mudanças nas relações do homem com a natureza, para alterar as formas dominantes na agricultura, a consciência ecológica deve crescer e incorporar outras dimensões. Deve invadir as cidades e as formas de relação social, o que exige uma força que está além da capacidade dos indivíduos isolados. Mesmo que muitos se superem, os resultados isolados serão frágeis e instáveis, pois as mudanças efetivas dependem dos grupos e das articulações entre os grupos.

Enfim, não basta o entendimento de que o futuro de todos depende da incorporação de

aprendizados oferecidos pela natureza, onde tudo opera em redes que articulam interesses coletivos para atendimento das necessidades especificas de cada grupo. É necessária a ação consciente. E esta depende de um chamado inicial, do acesso a informações e de motivações. Depende de lideranças e de símbolos que abracem a todos, algo feminino como o amor de mãe.

Sem feminismo não há agroecologia!

Em 2012 milhares de mulheres camponesas obtiveram um compromisso da presidente Dilma, atendido no anúncio da Politica Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e na promessa de realização dos planos e programas de suporte, que a viabilizariam (PLANAPO e PRONARA). Promessas não cumpridas porque resultaram dependentes de executores que não conseguem ou não querem perceber o alcance daquela demanda.
Mas semente foi lançada e a natureza obriga seu crescimento.
Hoje centenas de organizações do campo e da cidade se incorporam à luta pela PNAPO, pelo PLANAPO e pelo PRONARA (Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos), e seguem o rumo traçado pela Marcha das Margaridas, com uma certeza: a vitória é certa pois a alternativa não tem futuro. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Nacional de Agroecologia (ABA),.a Associação Brasileira de Coletiva (ABRASCO), o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e o Fórum Nacional de Combate aos Agrotóxicos são apenas alguns dos grupos de referência, comprometidos com esta luta. Todos eles trabalham pelo esclarecimento da população, confiando que o acesso a informações provocará reações que levarão a superação de injustiças que ameaçam a todos.

A mitologia

A expansão da agroecologia é necessária e precisa ser apoiada. Para isso há que massificar o acesso a informações.

A agroecologia enfrenta interesses poderosos, que criam mitos e se valem de formadores de opinião onipresentes nos meios de comunicação, dotados de fé cega nas

campanhas de marketing, sempre ocupados em desfazer o que contraria aqueles interesses e em anunciar as últimas promessas de soluções técnicas, para problemas criados pelo mesmo tipo de técnica que alimenta aqueles mesmos problemas, em sua gênese e raiz.

Resulta numa espécie de luta entre a escuridão e o clarão da consciência. O povo não é bobo. Mas precisa de informações que desmistifiquem valores simbólicos que perpetuam uma lógica excludente, onde a construção coletiva é acusada de criminosa, e os privilégios são enaltecidos como se nada tivessem a ver com a construção social que lhes permite existir.

O mito da ciência neutra e das soluções técnicas, que tem na transgenia um de seus pontos altos permite demonstrar a importância do acesso a informações adequadas e a fragilidade das barreiras que devemos superar.

Em sua maioria os intelectuais que servem aos interesses de empresas poderosas, e procuram desmerecer a agroecologia ao mesmo tempo em que enaltecem as vantagens da transgenia, sabem disso tudo, mas evitam conversar a respeito. Alguns poucos que talvez não o saibam, e se julgam protegidos pela ignorância da especialização obsessiva, também são responsáveis e fogem dos debates.

Encaremos o que segue como um desafio e uma proposição, da ABA, para a CTNBio e SBPC. O que devemos pensar do silêncio daquelas instituições? A ausência de comentários a este tipo de crítica deve ser interpretada como ausência de importância, para os temas propostos?

E se as questões são importantes, porque não conseguimos apoio oficial nem mesmo para debatê-las? Para detalhes a respeito de todos os tópicos expostos a seguir, ver FERMENT et al, 2015.

..... Alguns mitos2

1 – “Os produtos transgênicos são avaliados de forma exaustiva e são tão ou mais seguros que os produtos naturais.”

Na verdade os estudos que atestam segurança dos produtos transgênicos são desenvolvidos ou custeados pelas empresas interessadas na sua comercialização. Como exemplo considere que as avaliações de segurança alimentar e nutricional são realizadas a partir de grãos colhidos em canteiros especialmente implantados para assegurar bons resultados, nos testes. Plantas modificadas para suportar doses massivas de herbicidas (milho e soja tolerantes ao glifosato, por exemplo) são cultivadas na ausência do veneno e, contrariamente ao que ocorre com rações e alimentos consumidos no mundo real, as cobaias dos testes de segurança recebem grãos onde não existe qualquer resíduo de agrotóxicos. Além disso, os estudos são de curto prazo e não avaliam impactos de baixa densidade e longa exposição. Como se não bastasse, frequentemente se apoiam em amostras inadequadas, com escassas repetições. Mesmo assim, quando alguns testes apontam alterações estatisticamente significativas, elas são descartadas sob alegação de "irrelevância biológica". Sequer as normas da Comissão Técnica nacional de Biossegurança –CTNBio-, contestadas por sua fragilidade, tem sido respeitadas em sua totalidade.

2 – "Os produtos transgênicos reduzem o uso de venenos agrícolas e protegem a saúde das pessoas e do ambiente"

No Brasil só temos lavouras transgênicas de algodão, milho e soja tolerantes a herbicidas ou que carregam proteínas inseticidas, ou que combinam estas duas características3. A expansão destas lavouras está acelerando o surgimento de plantas e insetos que não são controlados pelas práticas tradicionais. Isto traz duas consequências: (1) os agricultores ampliam o número de aplicações e a concentração dos venenos; (2) os agricultores utilizam venenos mais perigosos. Com isso, inseticidas biológicos dominados pelos agricultores e utilizados com sucesso ao longo dos últimos 50 anos, como o Dipel, estão perdendo eficácia. Em substituição a eles, produtos comprovadamente neurotóxicos, inclusive de uso proibido pela ANVISA, como o benzoato de emamectina, estão sendo importados com autorização do MAPA, para o controle de lagartas que devoram as plantas transgênicas como se nelas não existissem proteínas inseticidas. No controle de plantas a situação é semelhante, herbicidas extremamente tóxicos, proibidos em vários países, como Paraquat, Dicamba, 2,4D, estão sendo usados em escala crescente. Isto já transformou o Brasil no principal

mercado destes venenos, e desde de 2008 somos campeões no uso de agrotóxicos.

3 – “As Sementes transgênicas são mais produtivas. Por isso são fundamentais para combater a fome do mundo”

A produtividade, assim como a tolerância à seca, depende de vasta combinação de fatores, envolvendo muitos genes, que operam de forma articulada em diferentes momentos do estágio de desenvolvimento vegetal e afetam a capacidade de absorção e metabolização de água, luz e nutrientes. As transformações genéticas existentes nas lavouras transgênicas de milho, soja e algodão disseminadas pelo Brasil, afetam apenas capacidades relacionadas ao manejo de plantas e insetos indesejados. Elas só permitem que as plantas tomem banhos de herbicidas, sem morrer, ou que produzam proteínas inseticidas, ou que façam as duas coisas ao mesmo tempo. Não interferem no metabolismo associado à produtividade e por isso não podem tornar as plantas mais produtivas. No máximo impedirão que o rendimento se reduza muito, em situações extremas de infestação de plantas indesejáveis, ou de ataque massivo de lagartas susceptíveis às proteínas tóxicas decorrentes da transgenia. Mas isso, em situação alguma, AMPLIARÁ a produtividade.

Todos agrônomos, biólogos e geneticistas sabem disso, e alguns possivelmente acessem vantagens ao esconder um fato básico: as empresas de biotecnologia já são donas das melhoradoras de sementes, que continuam produzindo variedades mais produtivas, não transgênicas. E estas variedades ficam escondidas dos agricultores enquanto não se tornam transgênicas autorizadas para cultivo, pela CTNBio. Elas só entram no mercado de sementes quando os agricultores não podem guarda-las para replantio, por causa dos direitos de propriedade intelectual que permitem cobrança de royalties. Como isso leva tempo, os agricultores estão sempre cultivando as melhores variedades do passado, que neste período de acelerada mudança climática perdem potencial de rendimento a cada ano. Portanto, não se trata apenas do fato de que a engenharia genética e a transgenia não oferecem plantas mais produtivas. A realidade é pior. A transgenia e domínio do mercado de sementes por pequeno grupo de grandes empresas é responsável pelo retardo no uso das sementes mais produtivas.

E para os ingênuos, que afirmam coisas como “eu planto soja transgênica e colho muito

mais do que colhia quando plantava soja não transgênica", deve ser dito que a soja mais produtiva, que ele planta hoje, só se tornou transgênica porque já era mais produtiva, embora não estivesse no mercado. E repetir: sua soja transgênica não é mais produtiva por ser transgênica simplesmente porque as manipulações genéticas inseridas na sua soja não aumentam a produtividade.

4 – "As lavouras transgênicas estão beneficiando a todos, aos grande e aos pequenos agricultores"

As sementes transgênicas custam até dez vezes mais do que as não transgênicas. Estas últimas, além de não estar sendo "atualizadas", estão desaparecendo de mercado. Com custos crescentes e produtividade estacionada, os produtores de transgênicos se obrigam a expandir a área cultivada. Com isso, o tamanho mínimo economicamente viável para lavouras de soja, algodão e milho transgênico, tem crescido tanto que já não "cabe" nos estabelecimentos de pequeno porte. Na prática isto significa que as lavouras transgênicas estão inviabilizando as pequenas propriedades, fomentando o êxodo rural e desestruturando o tecido social responsável pela vida das comunidades rurais.

Por que os pequenos agricultores plantam transgênicos? Porque o manejo destas lavouras é simplificado, e para elas existem garantias de créditos, acesso mercados e renda. Estes mecanismos, estabelecidos no interesse das grandes corporações transnacionais, são direcionados a lavouras empresariais e não contemplam as preocupações e necessidades da agricultura familiar. Na prática, os pequenos estão sendo destruídos pelo avanço da transgenia.

5 – "As lavouras transgênicas contribuem o desenvolvimento nacional e estão sustentando nossa economia"

Neste ponto, considere o fato de que a chamada bancada ruralista4 cresce em importância e atrevimento. Não apenas interfere em decisões de vários ministérios como está sendo fundamental para o impeachment da presidente Dilma. Se isto vem ocorrendo porque a economia nacional está se "primarizando", ou se a economia está se "primarizando" pelo fortalecimento dos interesses catalisados por aquela bancada, é difícil dizer. O fato é que o Brasil esta voltando a ser uma colônia exportadora de

produtos de baixo valor agregado, importadora de tudo aquilo que se faz necessário para extrair tais produtos, e destruidora das leis, das organizações e dos nacionalistas que se opõem a isso.

Em outras palavras, com a transgenia o Brasil vem se tornando, a cada ano, mais e mais dependente da exportação de grãos não diferenciados (comodities), que pouco agregam em termos de efeitos multiplicativos para a economia, e ainda deixam enormes estragos ambientais. E nossa economia ainda sangra pelo pagamento de direitos de patente, pelo uso das únicas sementes a que nossos agricultores tem acesso e também pela importação dos agrotóxicos associados. A quem interessa isso? Seis grandes transnacionais são "donas" das sementes transgênicas de soja, milho e algodão, que precisamos comprar todos os anos, para cultivar cada safra. No interesse delas, e de seus agentes locais, o governo poderia ser ameaçado de desabastecimento de sementes? Se isso acontecesse, o que se passaria com a economia nacional? O que assegura a disponibilidade de sementes de milho e soja, para plantio de cada safra, senão a boa vontade das empresas "donas" das sementes transgênicas? Aparentemente apenas o atendimento de seus interesses.

Como esta situação de abjeta subserviência poderia estar associada ao desenvolvimento nacional? A soberania, a segurança alimentar, o desenvolvimento brasileiro dependem do oposto. Dependem da multiplicação de sementes crioulas, nas mãos dos agricultores, apoiadas por programas e políticas públicas de base agroecológica. Dependem de avanços da Politica Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e seu principal instrumento, o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA). Dependem da agroecologia, da ação das mulheres do acesso a informações e do avanço da consciência coletiva. Nosso futuro depende desta compreensão e do engajamento de todos, para sua consolidação.

Brasil deverá receber certificado de zona livre da peste suína clássica para 14 estados e DF. Cláudia Lafetá - MAPA. 20/05/2016.

Decisão será tomada pela OIE, durante reunião que começa no próximo domingo (20) em Paris

O Brasil deverá receber o reconhecimento internacional de zona livre da peste suína clássica para 13 estados, parte do Amazonas e o Distrito Federal. A decisão será tomada durante a 84ª Sessão Geral da Assembleia Mundial de Delegados da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que começa no próximo domingo (22), em Paris. A reunião contará com representantes de 180 países. O delegado do Brasil é o diretor do Departamento de Saúde Animal do Mapa, Guilherme Marques, que já viajou para a França.

Em fevereiro deste ano, a Comissão Científica da OIE já havia aceitado o pedido do ministério para ampliar o status de zona livre da doença para o DF, Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Tocantins e parte do Amazonas (municípios de Guajará, Boca do Acre, sul de Canutama e sudoeste de Lábrea). Atualmente, apenas Rio Grande do Sul e Santa Catarina já têm o certificado de zona livre da peste suína clássica. Falta agora apenas a votação da OIE pelo reconhecimento.

Segundo Guilherme Marques, a organização poderá reconhecer o Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de São Paulo como referência internacional em diagnóstico de influenza aviária (gripe aviária) e doença de Newcastle. “Isso vai demonstrar a qualidade e excelência do nosso laboratório”, disse.

Na pauta da reunião da OIE, também está a votação da adequação dos manuais e códigos sanitários que estabelecem as regras para a implantação de programas e do comércio internacional de animais e seus produtos. Guilherme conta que ainda será discutido um tema de relevância no contexto global: a economia da saúde animal e os custos diretos e indiretos de surtos de doenças dos animais.

A 84ª Sessão Geral da Assembleia Mundial de Delegados da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) termina no próximo dia 27.

Presidente da FAEAL acompanha campanha de vacinação contra a febre aftosa. CNA. 24/05/2016.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária no Estado de Alagoas - FAEAL, Álvaro Almeida, acompanha a primeira etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa de 2016. “A vacinação é um trabalho de grande importância. O produtor e o

governo do Estado, por meio da Adeal, vêm cumprindo com suas obrigações. Graças a esta parceria, Alagoas conquistou coberturas vacinais importantes e vamos lutar para que nesta etapa possamos chegar aos 100%. Vamos trabalhar para que no futuro possamos chegar a zona livre da febre aftosa sem vacinação", afirmou Álvaro Almeida.

A campanha de vacinação contra a febre aftosa de 2016, que será realizada no período de 1º a 31 de maio, tem como meta vacinar 100% do rebanho de bovídeos do Estado, o que corresponde a mais de 1,2 milhão de animais. Atualmente, Alagoas conta com o status sanitário internacional de zona livre da febre aftosa com vacinação e o criador que deixar de vacinar o rebanho estará sujeito a punições previstas na lei, a exemplo do pagamento de multas.

Em novembro do ano passado, na segunda etapa da campanha de combate à febre aftosa, Alagoas obteve uma cobertura vacinal superior a 97%.

Carne 'Rebanho Xingu' chega ao varejo do país. Bettina Barros – Valor Econômico. 25/05/2016.

Após três anos de projeto, o Walmart apresenta ao mercado a partir de junho seu primeiro lote de carne bovina produzida de forma sustentável na Amazônia. O produto será rotulado com uma nova marca desenvolvida pela rede varejista, a "Rebanho Xingu", por se tratar de animais criados sob "boas práticas" no município de São Félix do Xingu, no Pará.

Neste primeiro momento, apenas as duas lojas do Walmart em Brasília receberão a marca, dado o volume pequeno disponível. A intenção é crescer gradativamente e expandir para o Nordeste, onde o Walmart tem forte presença, com quase metade das 500 lojas.

A carne do Xingu é fruto de parceria inédita entre pecuaristas, indústria, varejo e sociedade civil envelopada no programa "Do Campo à Mesa", que quer provar que é possível produzir carne sem desmatar. Iniciado em 2013, o programa é liderado pela organização ambientalista The NatureConservancy (TNC), pela Marfrig e pelo Walmart, junto com os produtores. A TNC auxilia os pecuaristas a implementar um novo modo de produção, com rotação de pastagem, manejo do solo, preservação de

áreas de proteção e melhoria genética dos bovinos. A Marfrig se compromete a comprar e abater os bois e o Walmart a vender a carne.

A primeira fase envolveu 16 fazendas, e os resultados foram considerados positivos. Em três anos, as novas práticas de manejo do pasto e dos animais elevou a taxa de ocupação. Em cada hectare de pasto, circulam hoje 1,85 cabeça de bovinos, contra 0,8 na média anterior. "Colocar mais animal no pasto significa evitar novos desmatamentos", disse Luiz Herrisson, diretor de Sustentabilidade do Walmart Brasil.

Os idealizadores comemoram os resultados do ponto de vista de produtividade animal e de engajamento da cadeia. Os benefícios do programa, que auxilia também na melhoria da gestão das propriedades, ganharam eco. "Muitos na região já começam a copiar o vizinho, enxergando os ganhos em se produzir de forma sustentável", diz Francisco Fonseca, coordenador de Produção Sustentável da TNC. "É a disseminação espontânea da inveja", brinca.

Segundo Fonseca, 50 pecuaristas foram reunidos em três dias de campo nas propriedades pertencentes ao programa. Além de conferirem progressos, participaram de palestras com especialistas da Embrapa e Esalq/USP sobre técnicas de manejo e bem-estar animal.

Os aportes financeiros para promover as mudanças e trazer expertises de fora vieram dos parceiros e da Fundação Moore, dos EUA.

Mathias Almeida, gerente de Sustentabilidade da Marfrig, diz que a cada mês são abatidos entre 300 e 500 bois na planta de Tucumã, vizinho a São Félix, gerando até 70 toneladas de carne. A ideia é ampliar o projeto para 300 fazendas em três anos, o que daria escala aos abates e maior capilaridade no varejo. "É um projeto de engajamento da cadeia de valor para tentar resolver um problema complicado", diz Almeida.

A escolha de São Félix do Xingu para o projeto-piloto não foi aleatória. O município tem o maior rebanho bovino do Brasil - 2,3 milhões de cabeças - e era um dos maiores desmatadores da Amazônia. Embora tenha reduzido em 83% as taxas do desmatamento desde de 2007, ainda registrou 187 Km^2 em 2015. Assim, a promoção da carne sustentável é vista como uma saída viável.

Semana dos Alimentos Orgânicos começa neste sábado (28). Cláudia Lafetá-MAPA. 25/05/2016.

Objetivo da campanha é conscientizar população sobre benefícios do produto e vantagens do sistema de produção

A Semana dos Alimentos Orgânicos de 2016 começa neste sábado (28). O evento será realizado em 23 estados e no Distrito Federal, com o objetivo de abrir um diálogo com o consumidor para mostrar o que como é a produção orgânica, os benefícios sociais, ambientais e para a saúde, além de ajudar a fortalecer o mercado interno. A semana vai até 5 de junho e será o primeiro passo da 12ª edição da campanha anual "Produto Orgânico Melhor para a Vida".

O evento terá feiras demonstrativas, palestras, rodas de conversas, dias de campos, visitas técnicas, cursos e trabalhos de conscientização em espaços de concentração do público consumidor.

Segundo o coordenador de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Rogério Dias, a escolha pelo produto orgânico depende de informação e de conhecimento. "Nesse contexto, a educação é fundamental para que as pessoas repensem seus hábitos de consumo."

O Mapa também contribui com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na conscientização de nutricionistas, merendeiras e professores, a fim de que eles usem cada vez mais alimentos orgânicos nas escolas.

Além do Distrito Federal, participam da campanha os estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Para acessar a programação de cada estado clique aqui.

A Semana dos Alimentos Orgânicos é coordenada pela Coordenação de Agroecologia do Mapa, em parceria com os Ministérios do Meio Ambiente; da Saúde; da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Desenvolvimento Agrário; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Educação; da Fazenda; da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Nos estados, a coordenação é feita pelas Comissões de Produção Orgânica, com a participação de organizações governamentais e não-governamentais.

Recadastramento

Atualmente, o Brasil conta com 13.644 unidades de produção.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) lançou, em março deste ano, um aplicativo de celular para mapear as feiras orgânicas no país e facilitar o acesso a alimentos orgânicos e de base agroecológica.

Segundo Rogério Dias, o Mapa está fazendo um recadastramento dos produtores e identificando os pontos de venda para reforçar sua fiscalização. Com isso, vai auxiliar na atualização do aplicativo do Idec.

A produção orgânica se baseia em princípios agroecológicos e no manejo sustentável dos sistemas de produção, não sendo permitido o uso de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos, por exemplo.

A produção e comercialização dos produtos orgânicos no Brasil foram aprovadas pela Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Mas sua aplicação começou em 2011, quando o uso do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica passou a ser exigido nos produtos embalados à venda no comércio. A exceção são alimentos comercializados diretamente ao consumidor por agricultores familiares que participam de organizações de controle social cadastradas no Mapa. Neste caso, o consumidor pode pedir ao produtor a apresentação da declaração de produtor orgânico.

AMAZONAS: Conab participa da Semana Nacional de Alimentos Orgânicos. CONAB. 27/05/2016.

Com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais do consumo de alimentos orgânicos e da produção agroecológica, será realizada em Manaus, entre os dias 28 de maio a 06 de junho, a Semana Nacional de Alimentos Orgânicos, com participação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O evento é organizado pela Comissão de Produção Orgânica do Estado do Amazonas - CPOrg/AM e pela Rede Maniva de Agroecologia (REMA).

Com o tema "Orgânicos: Plantar educação para colher um Brasil Sustentável", a Semana contará com palestras, debates, mesas-redondas, seminários, feiras de alimentos orgânicos, exposições de produtos, apresentações culturais e lúdicas, entre outros.

A Conab, por meio da Superintendência Regional do Amazonas, vai participar da abertura do evento e de mesa-redonda no dia 30, sobre execução de políticas públicas relacionadas ao fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica no estado do Amazonas. Um total de 5% dos recursos utilizados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) executado pela Companhia são destinados para a aquisição de produtos orgânicos.

Dentre os órgãos que apoiam o evento, além da Conab, estão a Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas (SFA/AM), o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável e Florestal do Estado do Amazonas (IDAM), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Secretaria de Estado de Produção Rural e Sustentabilidade do Amazonas (Seprors/AM), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Incra, Embrapa, entre outros órgãos ligados ao setor. O evento é aberto ao público.

Redes varejistas promovem ações contra a perda de alimentos. Renan Rodrigues – O Globo, Rio. 27/05/2016

Campanhas acontecem em mercados de Niterói

NITERÓI — Tendência na Europa, ações contra o desperdício de alimentos estão se tornando cada vez mais comuns nas redes de supermercados de Niterói. Desde a venda de produtos com preços mais acessíveis até a doação de frutas e legumes com aparência incomum, ao menos duas redes varejistas já se engajaram em projetos que, além de reduzirem o descarte de alimentos, auxiliam instituições de caridade conveniadas.

Há um mês, o Superprix da Rua Gavião Peixoto, em Icaraí, promove a campanha “As aparências enganam”. Em um estande especial, beterrabas, batatas-doces, inhames, chuchus e cenouras de aparência incomum são vendidos com 30% de desconto.

— Cerca de 40 mil toneladas de alimentos são desperdiçadas todos os dias no Brasil. Eu vi esse tipo de ação na Europa, onde é muito comum. Propus a ideia porque há muito desperdício. Os

fornecedores já fazem a seleção antes de mandar para os supermercados, e jogam fora produtos que estão bons, mas apresentam um aspecto incomum. É o caso, por exemplo, de uma cenoura com duas pernas ou um legume um pouco maior que o habitual — diz Viviane Areal, sócia-fundadora do SuperPrix, responsável pela iniciativa.

Aproximadamente 10% das vendas desses alimentos são destinadas à Agência do Bem, uma ONG que atua há 11 anos com formação e capacitação profissional de crianças e jovens moradores de comunidades de baixa renda na cidade.

Para o presidente da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (Asserj), Fabio Queiroz, ainda há uma resistência por parte do consumidor. Ele avalia, no entanto, que a mudança no consumo seja uma questão de tempo.

Este mês, a Asserj assinou um protocolo de intenções com o governo do estado para fixar diretrizes para a redistribuição dos alimentos excedentes nas redes de supermercados. Segundo Queiroz, a entidade vai montar uma logística para que alimentos não aproveitados sejam enviados até as instituições sociais receptoras.

— Existe uma lei estadual que visa ao incentivo de práticas que diminuem o desperdício. Fizemos parcerias com a Bolsa de Gêneros Alimentícios, a Seasa e a Secretaria estadual de Desenvolvimento. O supermercado que participar vai ganhar um selo de sustentabilidade — informa Queiroz.

Outra rede também mantém campanhas para reduzir o desperdício. Os supermercados Extra e Pão de Açúcar fazem doações de frutas e legumes que, por terem aspecto diferente, dificilmente seriam vendidos. O projeto recebeu o nome de “Parceria contra o desperdício” e conta com o apoio de instituições nacionais, como o Mesa Brasil e o Banco de Alimentos. De acordo com o Grupo Pão de Açúcar, que administra as lojas, as instituições que desejam participar do programa podem procurar as lojas mais próximas das duas redes para uma análise de disponibilidade e cadastramento.

A iniciativa existe há duas décadas e atende a mais de 300 instituições validadas pelo Instituto GPA em todo o país. Somente em 2015, foram mais de 3,2 mil toneladas de alimentos doados, de acordo com a entidade.

Conab vistoria estoques públicos a partir desta segunda. CONAB. 30/05/2016.

Começa no dia 30 de maio a quarta etapa de fiscalização 2016 dos estoques público. Técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) irão visitar 87 armazéns públicos e privados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará e Rondônia.

A expectativa da Companhia para esta quarta etapa é fiscalizar 277.185 toneladas de grãos entre arroz, milho, feijão, café, trigo, farinha e fécula de mandioca. Os 18 fiscais observarão, entre outros quesitos, as condições de armazenagem e conservação e a quantidade de grãos armazenados. Os trabalhos prosseguem até 10 de junho .

Nas três etapas anteriores, foram vistoriados 2.642.150 toneladas de produtos em 266 armazéns localizados em 22 estados do país. As vistorias identificaram cerca de 1.633 toneladas de perdas e 31.777 t de desvios.

No caso das perdas, os armazenadores terão que indenizar a Companhia. Para os desvios identificados, a irregularidade é informada ao Ministério Público e à Polícia Federal. Além disso, a armazenadora fica impossibilitada de operar com a Companhia por dois anos e deve restituir o estoque inicial em dinheiro ou em produto.

Técnicos fiscalizam armazéns em 10 estados. MAPA. 30/05/2016.

Ação da Conab começa hoje e visa quantificar perdas e detectar desvios. Mais de 270 mil toneladas serão vistoriadas por técnicos da empresa pública

Técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), começam hoje a visitar armazéns públicos e privados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará e Rondônia. Os trabalhos prosseguem até 10 de junho, quando deverão ser fiscalizados 87 estocadores.

A expectativa da Companhia para esta quarta etapa é fiscalizar mais de 270 mil toneladas de grãos, como arroz, milho, feijão, café, trigo, farinha e fécula de mandioca. Os 18 fiscais observarão, entre outros quesitos, as condições de armazenagem e conservação e a quantidade de grãos armazenados.

Nas três etapas anteriores, foram vistoriadas mais de 2,6 milhões de toneladas de produtos em 266 armazéns localizados em 22 estados do país. As vistorias identificaram perda de cerca de 1,6 mil toneladas e mais de 30 mil ton em desvios. No caso das perdas, os armazenadores terão que indenizar a Companhia. Para os desvios identificados, a irregularidade é informada ao Ministério Público e à Polícia Federal. Além disso, a armazenadora fica impossibilitada de operar com a Companhia por dois anos e deve restituir o estoque inicial em dinheiro ou em produto.

OIE reconhece 14 estados brasileiros e DF como zona livre de peste suína clássica.Cláudia Lafetá - MAPA. 30/05/2016.

Decisão facilita ampliação de mercado, diz diretor do Departamento de Saúde Animal

A comissão científica da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu 14 estados e o Distrito Federal como zona livre da peste suína clássica. O status foi aprovado durante a 84ª Sessão Geral da Assembleia Mundial de Delegados da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris, que terminou na última sexta-feira (27).

"Com essa decisão, teremos facilidade em ampliar nosso mercado de maneira segura", ressalta o diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Guilherme Marques, que participou da reunião na França

Além do Distrito Federal, os estados reconhecidos como área livre da doença são: Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Tocantins e parte do Amazonas (municípios de Guajará, Boca do Acre, sul de Canutama e sudoeste de Lábrea). Até agora, apenas dois estados já tinham o certificado da OIE: Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Para o secretário de Defesa Agropecuária, Luis Rangel, esse é o resultado do esforço conjunto de toda a equipe envolvida no processo para obter o reconhecimento e da qualidade técnica do trabalho do ministério.

Sobre a doença

A peste suína clássica é causada por um vírus e tem notificação compulsória para a OIE. Provoca febre alta, manchas avermelhadas pelo corpo, paralisia nas patas traseiras, dificuldades respiratórias e pode levar à morte do animal. Os últimos casos foram registrados no Brasil em agosto de 2009, no Amapá, Pará e Rio Grande do Norte.

Nossas crianças merecem merendas melhores. Juliana Carreiro – O Estado de São Paulo, Vida & Estilo. 30/05/2016

Temos visto ultimamente muitas notícias sobre falta de merenda nas escolas e desvios de verba. Em todas as regiões do País há exemplos positivos e negativos sobre isso. Algumas escolas fazem parcerias com organizações não governamentais voltadas para a sustentabilidade, por exemplo. Enquanto trabalhei para o Canal Futura fiz algumas reportagens sobre hortas que foram implantadas em escolas públicas do município de São Paulo e que ajudavam a reforçar as refeições oferecidas por lá. Já faz alguns anos, mas sei que algumas unidades continuam firmes com seus projetos ambientais, inclusive investindo verba arrecadada pela Associação de Pais e Mestres Paulista, em parcerias com ONGs, para a implantação de hortas e viveiros. No Rio Grande do Sul, algumas escolas recebem orientações de como cultivar e consumir as PANCs, Plantas Comestíveis Não Convencionais.

Em abril deste ano foi aprovada na capital paulista a Lei 16.140 que torna obrigatória a inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar. Na atual gestão, 27% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) já são investidos em produtos da agricultura familiar na educação municipal – até 2012, esse investimento era de apenas 1%. O novo Plano Diretor também demarcou uma zona rural na região Sul da cidade. A meta da regulamentação é que 30% dos alimentos sejam da agricultura familiar – conforme previsto na Lei Federal 11.326 de 2006. A partir de agora os pais e profissionais da área devem ficar atentos para ver se a lei sairá do papel. Espero que sim.

Infelizmente também tenho relatos de casos problemáticos. O filho de uma amiga, por exemplo, estuda em uma escola municipal de ensino infantil na zona Oeste de São Paulo. Lá, como em outras unidades, as merendeiras não receberam os salários no mês de maio porque a empresa terceirizada que as contratava declarou falência. Algumas entraram em greve e outras continuaram trabalhando como voluntárias até que uma nova empresa assumiu o

contrato com a prefeitura. Ainda assim, os salários atrasados deverão ser pagos apenas no final do processo, que ainda não tem um prazo determinado.

Além deste grave problema, há também outro muito comum nas refeições intermediárias da maioria das unidades escolares do País. No café da manhã ou no lanche da tarde as crianças recebem altas doses de leites prontos com chocolate ou corante de morango e muito açúcar ou de leite com café. Isso mesmo, crianças a partir de um ano de idade tomam café nas escolas. Depois os professores reclamam que os pequenos não param quietos. Um absurdo. E embora o departamento responsável pela alimentação nas escolas paulistanas diga que a salsicha -rica em sódio, corantes, conservantes e gorduras- tenha sido abolida do cardápio, o embutido ultraprocessado continua sendo servido nos lanches infantis.

Nas creches da capital paulista, há um “protocolo” que contraria as recomendações da Organização Mundial da Saúde, de oferecer apenas o leite materno até o sexto mês de vida dos bebês. De acordo com o cardápio disponível no site da prefeitura, o suco de frutas é oferecido aos 4 meses. Pães e biscoitos doces, aos 7. E com um ano de vida, os pequenos são apresentados ao leite com café. Vale o alerta: se seu filho estuda em uma escola pública você pode ficar atento ao que acontece por lá e cobrar melhorias em todos os níveis, inclusive no que é servido. No site da prefeitura da São Paulo você encontra os cardápios das escolas. E eles também são disponibilizados nos sites de outros municípios. Se você tiver interesse, é só entrar na internet e procurar se a sua cidade também tem este serviço. O Portal da Controladoria Geral da União recebe denúncias de irregularidades nas merendas.

Em Minas Gerais existe o CAE, Conselho de Alimentação Escolar, que tem a função de fiscalizar se as determinações do Programa Nacional de Alimentação Escolar estão sendo cumpridas. São monitoradas por ele desde a destinação das verbas até a qualidade dos alimentos e das preparações servidas nas escolas. Ele é formado por representantes da Secretaria Estadual da Educação, do Conselho Regional de Nutrição, por representantes de organizações sociais e por pais de alunos das escolas. O órgão também recebe denúncias de problemas nas merendas e dá encaminhamento a elas. De acordo com a presidente do Conselho Regional de Nutrição de Minas Gerais, Elisabeth Chiara, “a parceria com as famílias é muito importante, é fundamental que os pais prestem atenção ao que os filhos estão consumindo nas escolas, sejam públicas ou particulares, e ofereçam alimentos de qualidade em casa, deem preferências aos naturais e evitem os ultraprocessados”. Também vale conferir se o seu Estado possui um Conselho como este.

Quero finalizar com um caso bem sucedido. No Rio de Janeiro foi desenvolvido em 2015 um projeto de alimentação escolar nos municípios de Itaperuna, Pinheiral, Paraíba do Sul, Três Rios e Trajano de Moraes. Participaram 91 escolas com 30.271 alunos, desde as creches até o primeiro grau. As escolas têm oferecido refeições com menos açúcar, menos sal e menos gordura. Nesta semana uma destas escolas receberá o prêmio Alimentação Escolar Saudável por seu desempenho. O prêmio será entregue durante o Green Rio, evento que reunirá representantes da economia verde e do setor orgânico, reconhecido como plataforma para negócios sustentáveis. Conversei com a idealizadora do evento, Maria Beatriz Martins Costa.

-Qual é o objetivo do projeto e quais ações foram realizadas?

Maria Beatriz Martins Costa. O projeto tem por objetivo contribuir para a saúde das crianças e jovens nos municípios do Estado do Rio de Janeiro por meio da promoção do desenvolvimento local e regional e da alimentação escolar saudável, beneficiando assim os pequenos negócios envolvidos na cadeia produtiva de alimentos e bebidas. Com a implementação do projeto, as crianças foram beneficiadas com uma alimentação de qualidade e os produtores locais se desenvolveram também, já que a compra com os fornecedores locais aumentou.

-Foram feitas muitas mudanças no cardápio?

Maria Beatriz Martins Costa. Houve uma nítida mudança no padrão de consumo na merenda escolar em direção a uma alimentação escolar mais saudável. Ocorreu uma redução de 11.496 quilos de gorduras, sal, açúcar e produtos processados/ultraprocessados (produtos que em excesso afetam a saúde) trocados por um aumento de 18.236 quilos de frutas, vegetais e produtos in natura (mais saudáveis).

-Já foram observados resultados positivos?

Maria Beatriz Martins Costa. As crianças levam para casa estas mudanças.

Apesar dos expressivos resultados alcançados em apenas um ano de implantação do projeto, temos que nos lembrar que se trata apenas de um primeiro ciclo de operação. É imprescindível que o trabalho seja continuado e aprimorado para que sejam alcançados os resultados econômicos e sociais que todos almejamos. Para os alunos, a criação de um hábito alimentar saudável. Para os produtores locais, o crescimento regional. Somente nesse primeiro ciclo, as compras de fornecedores locais – que representavam 56,9% do total antes do projeto – saltaram para 76,8%, o que representa um incremento de R$ 1,164,480,00 no volume negociado. Entre os próximos passos, temos a expectativa de estender o projeto para outros

municípios do Estado do Rio, assim como continuar acompanhando a alimentação escolar nas escolas já participantes.

Serviço: A 5ª edição do Green Rio acontece nos dia 2, 3 e 4 de junho, na Marina da Glória. A entrada é gratuita e os visitantes encontrarão mais de 50 expositores comprometidos com alimentação e produção sustentável e bioeconomia. As inscrições podem ser feitas pelo site http://www.greenrio.com.br/

Ministério abre horta orgânica para visitação pública. Inez De Podestà – MAPA. 31/05/2016.

A Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) promove, na manhã desta quarta-feira (1º), uma visita à horta orgânica urbana, localizada no prédio anexo do ministério, em Brasília. Nela, o visitante encontra verduras, legumes e ervas medicinais cultivados sem o uso de produtos químicos.

O espaço, de 360 metros quadrados, é frequentado por funcionários do Mapa e de outros ministérios, principalmente no horário de almoço. A hora fica bem ao lado do restaurante, no térreo.

A visita guiada por técnicos faz parte da Semana dos Alimentos Orgânicos de 2016, que começou em 23 estados e no Distrito Federal, no último sábado (28), e vai até 5 de junho. Para acessar a programação de cada estado clique aqui. A semana é o lançamento da Campanha Nacional Produto Orgânico - Melhor para a Vida", que se estenderá até maio do ano que vem.

Além da visita à horta, o coordenador de Agroecologia, Rogério Dias, fará uma palestra na sede do Mapa sobre a participação do ministério na produção orgânica brasileira. Tanto a palestra quanto a visita à horta são abertas ao público em geral.

“A iniciativa é uma forma de se mostrar ao consumidor o que é a produção orgânica, os benefícios sociais, ambientais e para a saúde, além de ajudar a fortalecer o mercado interno”. Rogério ressalta que a escolha pelo produto orgânico depende de informação.

“A educação é fundamental para que as pessoas repensem seus hábitos de consumo”, completa.

Serviço:

01/06/2016 **(quarta-feira)**

9h : visita guiada à horta orgânica urbana do Mapa

Local: área entre os anexos A e B do Mapa – Esplanada dos Ministérios Bloco D - Brasília

10h30: palestra sobre o Participação do Mapa na Produção Orgânica Brasileira – Rogério Pereira Dias, coordenador de Agroecologia da Secretaria de Mobilidade Social do Produtor Rural e Cooperativismo

Local: auditório maior do Mapa – Esplanada dos Ministérios, Bloco D, sobreloja – Brasília.

O desmonte da legislação de agrotóxicos e as ameaças para o campo. Cleber A. R. Folgado. Carta Maior, 31/05/2016.

O Projeto de Lei 3200/15 e o Projeto de Lei 1687/15 são alguns dos instrumentos da trama em curso que aponta para o desmonte da legislação de agrotóxicos.

Na atual conjuntura temos visto a afirmação – da qual concordo – de que impeachment sem crime é golpe. Os áudios divulgados recentemente apontam para a existência de uma complexa trama, com intencionalidade clara, em torno da construção deste golpe. Há que se atentar, porém, para o fato de que existem outras tramas curso. Portanto não é apenas a democracia que se encontra ameaçada, mas um conjunto de outros direitos historicamente conquistados pelo povo brasileiro. O Projeto de Lei 3200/15 e o Projeto de Lei 1687/15 são alguns dos instrumentos da trama em curso que aponta para o desmonte da legislação de agrotóxicos, o que em outras palavras significa a ameaça de direitos sociais.

Antes de adentrar nos retrocessos que propõem o PL 3200/15 e o PL 1687/15, façamos um breve resgate histórico sobre como se formou a atual legislação de agrotóxicos.

O sistema normativo de agrotóxicos brasileiro tem como pedra angular a Lei 7.802 de 11 de julho de 1989. Antes dessa lei, os agrotóxicos eram regulados por um conjunto disperso de normas que tinham como base principal o Decreto 24.114 de, 12 de abril de 1934, que tratava da defesa sanitária vegetal. Em virtude dessa dispersão de normas e da limitação das próprias normas em si, o sistema normativo de agrotóxicos da época era extremamente frágil. Essa fragilidade normativa somada aos programas de incentivo governamental para adoção do pacote tecnológico químico-dependente da revolução verde foram elementos fundamentais para que se consolidasse o uso de agrotóxicos como prática hegemônica nos processos produtivos no Brasil.

Na medida em que o ciclo vicioso de uso de agrotóxicos se consolidava no campo brasileiro, as contradições do modelo também iam aparecendo, de modo passa-se a identificar contaminações de mananciais de água, animais, pessoas, etc. Infelizmente a capacidade legislativa de criar normas de proteção a saúde e ao meio ambiente não acompanhava a velocidade com que os venenos se proliferavam na prática produtiva agrícola.

Fruto dessas contradições, no ano de 1982, descobre-se que as águas do Rio Guaíba, principal fonte de abastecimento de água potável da capital gaúcha – Porto Alegre – estavam contaminadas por resíduos de agrotóxicos, tais como heptacloro, endosulfan e outros produtos da família dos organoclorados, amplamente utilizados na produção agrícola da região. Este fato possibilitou que um conjunto de organizações, liderados pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) se mobilizassem e a partir de um longo processo de luta e pressão social aos parlamentares, fosse aprovada no dia 02 de dezembro de 1982 a lei estadual de agrotóxicos, que só viria a ser publicada no Diário Oficial do estado em 22 de dezembro de 1082 com a descrição de Lei nº 7.747. O texto sancionado pelo governador Amaral de Souza apresentava cinco vetos, que foram derrubados em votação no dia 14 de abril de 1983, mantendo-se na íntegra o texto aprovado.

Após a aprovação da Lei Estadual de Agrotóxicos do Rio Grande do Sul, vários outros estados da federação seguiram o exemplo e construíram suas legislações estaduais, tendo por base a Lei gaúcha. Dentre elas podemos citar: a Lei Paranaense nº 7.827, de 29 de dezembro de 1983; a Lei Paulista nº 4.002, de 05 de janeiro de 1984 (2); a Lei nº

6.452, de 19 de novembro de 1984, do Estado de Santa Catarina (3); as Leis Estaduais do Rio de Janeiro nº 801, de 20 de novembro de 1984, e nº 1.027, de 06 de agosto de 1986 (4); a Lei Estadual do Mato Grosso nº 4.638, de 10 de janeiro de 1984 (5); a Lei Estadual de Minas Gerais nº 9.121, de 30 de dezembro de 1985; dentre outras.

Diante da pressão social através da construção de leis estaduais para legislar especificamente os agrotóxicos, o governo federal se vê acuado e realiza a primeira tentativa de criar uma lei federal em 1986, quando o então Presidente José Sarney nomeou Pedro Simon como Ministro da Agricultura. O novo ministro tratou de reunir uma comissão especialafim de construir um anteprojeto que pudesse substituir o Decreto 24.114/1934. O Decreto nº 91.633, de 09 de setembro de 1985, criou a Comissão Especial composta por 27 membros, que tinham a tarefa de em 60 dias construir o anteprojeto de lei para os agrotóxicos. A comissão cumpriu o prazo e em ato solene, no dia 9 de janeiro de 1986, pelas mãos professor Flavio Lewgoy, decano representante da AGAPAN, entregou o anteprojeto ao Ministro Pedro Simon que o encaminhou a Casa Civil. Alegando vícios de constitucionalidade, a Casa Civil tentou devolver o anteprojeto à comissão que já havia de extinguido.

Logo em seguida Pedro Simon foi substituído no Ministério da Agricultura por Íris Resende, que aceitou a volta do anteprojeto para o Ministério da Agricultura, e autorizou, mesmo sob forte manifestação contrária de ex-integrantes da comissão especial, que alterações fossem feitas no anteprojeto. As alterações no anteprojeto atendiam com as pressões exercidas pelos representantes da indústria de agrotóxicos, no entanto, o anteprojeto ficaria parado no palácio por quatro anos, sem nenhuma movimentação para sua aprovação.

Apenas em 1989, devido a pressões sociais em torno da questão ambiental, incluindo o recente assassinato de Chico Mendes em 1988, é que o anteprojeto da lei de agrotóxicos é retomado no âmbito do Programa Nossa Natureza. Em 24 de abril de 1989 ele é submetido pelo Poder Executivo ao reexame do Congresso Nacional, onde recebeu a caracterização de PL nº 1.924. Como o projeto foi enviado em regime de emergência, este teria então apenas 45 dias para sua apreciação, e caso não fosse apreciado, seria aprovado automaticamente por decurso de prazo e sancionado.

Durante o processo de tramitação o PL 1.924 recebeu 28 emendas parlamentares que em geral buscavam contribuir com a redação do texto, sem alterações de conteúdo, com exceção apenas do substitutivo proposto pelo Deputado Federal Jonas Pinheiro, que propôs um novo PL que ao tramitar foi recusado por todas as comissões que o apreciou.

Nas comissões em que tramitou o PL 1924, foram propostos três substitutivos. Frente as três propostas de substitutivo, acordou-se pela construção de uma única redação, afinal havia a necessidade de se chegar a um texto comum, haja visto que o prazo para apreciação parlamentar estava por exaurir-se, o que se ocorresse sem que os parlamentares tivessem aprovado teor consensual, o projeto inicial enviado pelo Poder Executivo é que terminaria por ser sancionado.

Assim, considerando as apreciações feitas durante o processo de tramitação, tais como as propostas de emendas e substitutivos, chegou-se a um texto comum para o Projeto de Lei 1.924, que por sua vez foi aprovado no dia 15 de junho de 1989 pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado, que o apreciou em caráter revisório e o aprovou no dia 06 de julho de 1989 sem nenhuma alteração. Assim, apenas cinco dias depois, o PL 1.924, já devidamente aprovado, foi sancionado pelo Presidente José Sarney como Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, tornando-se assim, a primeira Lei de caráter amplo e específica sobre os agrotóxicos, inaugurando uma nova concepção regulamentar sobre o tema e orientando a formação de um novo sistema normativo para agrotóxicos no Brasil.

Feito esse resgate, que aqui tem como objetivo demonstrar que a Lei 7.802/89 é fruto de um longo processo de luta social, das quais várias demandas estão incorporadas no texto de tal lei, vejamos do que se trata o PL 3200/15 e o PL 1687/15.

Projeto de Lei 1687/15, é a numeração que recebeu na Câmara Federal o Projeto de Lei 679, protocolado no Senado Federal pela então Senadora Ana Rita, no dia 10 de novembro de 2011. O PLS 679/11 tinha como proposta alterar a Lei 7.802/89, para incorporar Art. 21-A na lei de agrotóxicos, criando a **Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural,** com o objetivo de estimular as pesquisas, a produção e o uso de agrotóxicos não sintéticos de origem natural.

No processo de tramitação do PLS 679, foram feitas **três propostas de textos substitutivos** que por sua vez alteram completamente o horizonte da proposta apresentada, de modo que ao invés de se construir uma política para incentivar a produção de **verdadeiros defensivos naturais**, o texto final garante mais investimentos para a produção de agrotóxicos e a destinação de recursos públicos para as empresas, repetindo assim, o que já foi feito no passado com a criação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, em 1975, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Após os substitutivos, o texto final aprovado no Senado e encaminhado à Câmara, recebendo o número de PL 1687/15, dentre outras coisas, cria o art. 12-B para instituir a instituir a **Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade**. Desse modo, é possível perceber que o processo legislativo no Senado alterou de forma drástica a proposta inicial do PLS 679, transformando-o num instrumento de incentivo para as empresas de produção de agrotóxicos, que já gozam de várias benefícios, tais como as isenções de impostos.

Tramitam no Congresso Nacional mais de 50 Projetos de Lei que apontam para algum tipo de alteração na Lei 7.802/89 (lei de agrotóxicos), em sua grande maioria tais PLs buscam desmontar o sistema normativo de agrotóxicos, flexibilizando a legislação existente e garantindo benefícios aos setores que defendem os venenos.

No dia 06 de outubro de 2015 foi protocolado pelo Deputado Federal Covatti Filho (PP/RS) o PL3200/15 que dispõe sobre a Política Nacional de Defensivos Fitossanitários e de Produtos de Controle Ambiental, seus Componentes e Afins, bem como sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de defensivos fitossanitários e de produtos de controle ambiental, seus componentes e afins, e dá outras providências.

O PL 3200 desmonta por completo a legislação atual de agrotóxicos, tornando-a frágil e permissiva, de modo que vários direitos sociais são atropelados pelo texto proposto. Em ato da presidência da Câmara dos Deputados, no dia 24 de fevereiro foi criada uma Comissão Especial para analisar o PL3200. Esta comissão aprovou vários

requerimentos para a realização de audiências públicas acerca do tema. Todavia, no último dia 23 de maio, foi deferido requerimento determinando a apensação do PL 3200 ao PL 1687/15, que por sua vez encabeçará o bloco dos PLs em apreciação. Isso além de alterar o nome da comissão, que passa a constar como **"Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1687, de 2015, do Senado Federal, que "altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade", e apensado (PL 3200/15)"**, também determinou que o projeto de lei tramite em regime de prioridade, ou seja, os prazos até então vislumbrados serão reduzidos.

Trata-se de uma manobra legislativa que acelera a tramitação de ambos os PLs, inviabilizando ainda mais a participação da sociedade no processo de discussão. Além disso, invisibilizam o PL3200, visto que ele é o pior, pois propõe a revogação da Lei 7.802/89. Dentre as propostas deste Projeto de Lei, destacamos algumas:

a) Os agrotóxicos passam a ser chamados de "produtos defensivos fitossanitários e de controle ambiental". Essa é uma manobra que tem como objetivo esconder o perigo dessas substâncias tóxicas. Agrotóxicos são biocidas, ou seja, são feitos para matar a vida. É inadmissível que voltemos a utilizar uma nomenclatura da década de 1930, quando muitos dos efeitos dessas substâncias não eram conhecidos como hoje. Agrotóxicos não são defensivos, são venenos que ameaçam a vida das pessoas e contaminam o meio ambiente.

b) Cria a Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito), que funcionará nos moldes da CTNBio. Será competência desta Comissão a edição e alteração de atos normativos referentes aos agrotóxicos; avaliação e homologação de relatórios de avaliação de risco de novo produto ou de novos usos em ingrediente ativo; avaliar os pleitos de registro de novos produtos técnicos, dos respectivos produtos formulados, pré-misturas e afins; emitir pareceres técnicos conclusivos nos campos da agronomia, toxicologia e ecotoxicologia sobre os pedidos de aprovação de registros de produtos, bem como as medidas de segurança que deverão ser adotadas;estabelecer as diretrizes para a avaliação agronômica, avaliação e classificação toxicológica e ambiental de produtos;promover, mediante pedido ou de ofício, a reavaliação de produtos, e de propor a sistemática de incorporação de tecnologia de ponta nos processos de análise,

controle e fiscalização e em outras atividades cometidas aos órgãos registrante; etc.

A CTNFito ficaria alocada no MAPA e passaria a ser um super-órgão a quem compete quase tudo que diz respeito aos agrotóxicos, assumindo para si o que hoje é competência tripartite da ANVISA, IBAMA e MAPA. A composição proposta para a CTNFito é de 23 membros efetivos e respectivos suplentes, designados pelo MAPA. A divisão da composição é de 15 especialistas de notório saber científico e técnico, das áreas de química, biologia, produção agrícola, fitossanidade, controle ambiental, saúde humana e toxicologia. Além desses, completa a equipe representantes de cinco ministérios (Agricultura; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Meio Ambiente; Saúde e; Ciência, Tecnologia e Inovação) e representantes de órgão legalmente constituído de proteção à saúde do trabalhador; de órgão legalmente constituído representativo do produtor rural (muito provavelmente este representante será da CNA) e ainda um representante de associações legalmente constituídas de produtores de defensivos fitossanitários (diga-se representante das empresas).

c) Cria-se a possibilidade de prescrição de receita agronômica para aplicação de agrotóxicos antes da ocorrência da praga, ou seja, de forma preventiva, supostamente visando o controle de alvos biológicos que necessitam de aplicação de produto. Sem dúvidas este mecanismo vem para resolver a recorrência de emissão do que se conhece popularmente por "receituário de gaveta", ou seja, quando o profissional emite a receita agronômica sem sequer ter pisado na lavoura para diagnosticar o problema. Essa é uma prática muito comum e extremamente perigosa, atualmente proibida por lei.

d) Para efeito de registro, passa-se a admitir um grau de risco aceitável em relação às características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas dos agrotóxicos. Atualmente isso é expressamente proibido pela art. 3º, parágrafo 6º, da Lei 7.802/89. Trata-se de uma ameaça ao direito à saúde, que coloca em risco a vida das pessoas, em especial das populações camponesas.

e) Será permitido também que o registro de um produto técnico possa ser feito por equivalência, com base nas diretrizes definidas pela CTNFito.

f) Passa-se a permitir o uso de agrotóxicos já registrados para uma determinada

cultura, numa outra cultura para o qual ele não foi registrado. Trata-se do que estão chamando de "culturas com suporte fitossanitário insuficiente – CSFI", em outras palavras, são os minorcrops.

g) Limita-se a competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios no que diz respeito a legislar sobre os agrotóxicos. A competência para controlar e fiscalizar o transporte interestadual torna-se exclusividade da União, e aos Estados, DF e Municípios compete legislar supletivamente sobre o uso, o comércio e o armazenamento, bem como fiscalizar o uso, o armazenamento e o transporte interno.Em relação ao texto da lei atual, é suprimido o mecanismo normativo que permitia os Estados e o DF legislar sobre a produção, bem como fiscalizar o consumo e o comércio de tais produtos. Aos Estados, o DF e os Municípios é vedado explicitamente a possibilidade de restringir o alcance do registro federal. Trata-se, portanto, de uma centralização das competências em nível federal, diminuindo o alcance das pressões sociais que com muita luta conseguiram aprovar leis estaduais e municipais, em alguns aspectos mais avançadas que a legislação federal.

h) As decisões dos órgãos registrantes de agrotóxicos (ANVISA, IBAMA e MAPA) passam a ser vinculadas aos pareceres da CTNFito, ou seja, os pareceres da comissão serão de cumprimento obrigatório por tais órgãos.

i) Passa a ser facultativa ao usuário a devolução das embalagens vazias de agrotóxicos, ou seja, ele devolve se quiser. Isso configura um enorme retrocesso no que se refere a proteção ambiental, visto que a devolução dessas embalagens para a reciclagem é um importante avanço, ainda obviamente, que acreditamos que devemos nos preocupar mais com o produto venenoso que havia dentro daquela embalagem, do que necessariamente com a embalagem em si.

Estes são alguns dos retrocessos que estão previstos no PL3200/15, que quando vinculado ao PL1687/15, representam enormes riscos e perigos para o campo brasileiro. Dentre os diversos problemas possíveis, caso estes PLs sejam aprovados, destacamos as seguintes ameaças ao campo brasileiro:

1- Haverá um aumento de circulação de agrotóxicos com maior teor toxicológico, ou

seja, produtos cada vez mais perigosos estarão sendo usados no campo. Isso além de contaminar os alimentos, trará como consequência uma maior contaminação do ambiente, dos animais e das pessoas que trabalham no campo. Os assalariados rurais dos grandes empreendimentos do agronegócio, provavelmente serão as principais vítimas;

2- Como boa parte dos agrotóxicos são pulverizados por avião, e visto que 70% daquilo que se joga de avião nas lavouras torna-se deriva técnica, ou seja, é levado pelo vento e não atinge o alvo desejado, as populações que vivem próximas de áreas que usam pulverização aérea de agrotóxicos, serão extremamente afetadas com contaminação desses agrotóxicos cada vez mais perigosos;

3- O meio ambiente que atualmente já sofre as consequências do uso de venenos na agricultura, também ficará ainda mais vulnerável, de modo que problemas tais como o extermínio das populações de abelhas, mutações em peixes, contaminação dos lençóis freáticos, e até das águas das chuvas, dentre outras – situações estas que já são recorrentes – irão se tornar ainda mais frequentes e com níveis de contaminação ainda maior;

Em síntese, os dois PLs em questão além de desmontar o atual sistema normativo de agrotóxicos, irá consolidar uma legislação extremamente permissa que representa apenas aos interesses das grandes corporações do ramo dos agrotóxicos e aos grandes latifundiários do agronegócio. A população brasileira em seu conjunto será afetada, seja diretamente ou indiretamente. No campo brasileiro irá se concentrar os principais problemas, tais como a contaminação das pessoas e do ambiente, porém, o meio urbano também será vítima desse processo, visto que os alimentos que chegam aos centros urbanos estarão contaminados com venenos cada vez mais tóxicos.

Mobilizar-se contra esta trama em curso é uma tarefa histórica que cabe a toda a sociedade. Não podemos deixar com que golpes e retrocessos extingam direitos historicamente conquistados com muita luta pelo povo brasileiro.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa